

capa

2020

Hillary Angelo

Pedro Paulo Machado Bastos (trad.)

O imaginário do esverdeamento urbano

a natureza urbanizada
na região alemã do Vale do Ruhr



RESUMO

Este artigo apresenta uma abordagem sociológica do ideário do “esverdeamento” urbano, conceito adotado nesta pesquisa para explicar a normatização de práticas de urbanismo em que são usados elementos significantes e cotidianos da natureza como forma de se combater os problemas urbanos locais. Apesar de essa prática representar uma maneira reativa de se remediar as patologias herdadas do paradigma de urbanização associado à metrópole industrial, por outro lado, tal perspectiva não dá conta de esclarecer a recorrência dessa prática em contextos sociais e históricos que não tenham sido afetados por esse paradigma. A partir de um estudo que analisou a reprodução de práticas de urbanismo como esta no Vale do Ruhr, região urbana policêntrica na Alemanha que vem sendo esverdeada recorrentemente num contexto diferente das cidades afetadas pelo paradigma da metrópole industrial, argumenta-se que essas práticas são implementadas graças a um imaginário social da natureza que se projeta como um bem moral, chamado nesta pesquisa de natureza urbanizada, que é tanto um produto como uma variável da urbanização. A pesquisa recorre à literatura do histórico da urbanização na região e à sociologia da moralidade para explicar o surgimento da natureza urbanizada no Ruhr no início do século XX, e o modo como essa prática foi apropriada por duas visões concorrentes do urbanismo no pós-guerra. Em vez de uma reação ideológica contra a urbe, a pesquisadora defende que tais práticas de esverdeamento urbano podem ser mobilizadas por diversos agentes sociais em diferentes localizações no tempo e no espaço. Ao mostrar como um novo imaginário social criou novas formas de ação moral possível e como esses ideais foram então materializados no espaço urbano, o artigo chama atenção para o papel dos imaginários culturais nas transformações urbanas e para as consequências materiais das crenças morais.

Palavras-chave: Cidade verde; Moralidade; Imaginários sociais; Esverdeamento urbano; Natureza urbana.

ABSTRACT

This article provides a sociological explanation for urban “greening,” the normative practice of using everyday signifiers of nature to fix problems with urbanism. Although greening is commonly understood as a reaction against the pathologies of the industrial metropolis, such explanations cannot account for greening’s recurrence across varied social and historical contexts. Through a study of greening in Germany’s Ruhr region, a polycentric urban region that has repeatedly greened in the absence of a traditional city, I argue that greening is made possible by a social imaginary of nature as an indirect or moral good, which I call urbanized nature, that is an outcome of, and subsequently becomes a variable in, urbanization. I draw on processual accounts of urbanization and the sociology of morality to explain urbanized nature’s emergence in the Ruhr at the beginning of the twentieth century, and its use to fulfill two competing visions of urban democracy in the postwar period. I find that rather than an ideological reaction against cities, greening is an aspirational practice that can be mobilized by a range of actors in a variety of places and times. By showing how a new social imaginary made new forms of moral action possible and how those ideals were then materialized in urban space, this article draws attention to the role of cultural imaginaries in urban change and to the material consequences of moral beliefs.

Keywords: Green space; Morality; Social imaginaries; Urban greening; Urban nature; Urbanization.

Espaços verdes enquanto sinônimo de *bons espaços* estão presentes em todos os ambientes urbanos contemporâneos. Os elementos cotidianos da natureza associados à cor verde são geralmente reconhecidos como maneiras valiosas de se demonstrar cuidado com um bairro, da mesma forma que a implementação de parques, jardins e/ou árvores em ruas da cidade é tratada como iniciativas de melhoramentos urbanos. Essa crença motiva os esforços comunitários de jardinagem e paisagismo e consequentemente contribui para aumentar o valor de venda e locação de imóveis nos territórios que se beneficiam dessas iniciativas (CROMPTON, 2001).

Nas últimas décadas, a premissa de que “verde é sinônimo de algo bom” tornou-se onipresente no planejamento urbano, e o paradigma da cidade verde (ou sustentável), a imagem motivadora do urbanismo contemporâneo. Hoje, práticas de esverdeamento urbano são uma tendência política global usada por planejadores de transporte, arquitetos, locavoristas,¹ ativistas e governos para tornar os ambientes urbanos mais hospitaleiros e sustentáveis. Da agricultura urbana de Detroit ao High-Line Park da cidade de Nova York, a ideia de que o verde “qualifica” as cidades foi naturalizada por um senso comum cotidiano. Não significa que essa crença seja adotada uniformemente por todas as pessoas em todos os lugares, mas indica uma hegemonia reforçada por estruturas institucionais e espaciais que também é amplamente reproduzida no discurso público e na cultura popular (ELIASOPH, 1998; GRAMSCI, 1996).

Contudo, de onde vêm essas crenças e práticas, e como elas afetam a transformação de ambientes urbanos? A incorporação de espaços verdes às cidades nem sempre é intrinsecamente significativa quando comparada ao benefício que pressupõe oferecer na teoria. Porém, se não assumíssemos a premissa de que o “verde é sinônimo de bom”, seria difícil explicar por que razão as pessoas *cogitam* colocar flores ou vasos de plantas nas janelas das suas casas, assim como por que razão essas ações tendem a ser vistas pelo poder público como melhoramentos. Além do mais, apesar de onipresente hoje em dia, o conceito de “natureza” vem sendo contestado em sua essência (WILLIAMS, 2005) com uma longa e complexa história, demonstrando que “natureza” não deveria ser vista apenas por meio de uma única perspectiva.

Práticas de esverdeamento urbano são geralmente interpretadas como formas de se reagir contra a urbe, especialmente uma reação contra a metrópole industrial atormentada por problemas de poluição e saúde

1 NT. A expressão “locavorista” trata de um indivíduo que prioriza o consumo de alimentos produzidos exclusivamente no seu entorno e defende um estilo de vida pautado pelo resgate às tradições, com foco na economia criativa e na sustentabilidade.

pública (BENDER, 1982; GREEN, 1990; NASH, 2014; SCHMITT, 1990). Porém, isso não explica a recorrência dessa prática ou sua onipresença em diferentes lugares e contextos. Para explicar por que, em lugares e tempos tão diferentes, as pessoas têm recorrido continuamente à natureza para melhorar as cidades, este artigo questiona: quais são as condições e possibilidades de expressão de ideais normativos de urbanização através dos espaços verdes? Dentro de que espaço temporal e de que parâmetros o “verde” é codificado como algo “bom” para as cidades?

Para tal, tenho desenvolvido uma pesquisa robusta sobre natureza e cidade para responder a essas perguntas a partir de uma abordagem sociológica sobre o esverdeamento urbano, cujo termo defino neste artigo como uma prática normativa motivada pela utilização de elementos da natureza como meio para se resolver os problemas herdados do urbanismo industrial. Faço isso mediante o histórico da urbanização (BRENNER, 2013; ANGELO; WACHSMUTH, 2015) e a sociologia da moralidade (HITLIN; VAISEY, 2013) para examinar as origens e os efeitos socioespaciais da ideia do verde como um “bem” nas cidades. Argumento que, em vez de elemento reativo às “cidades” por si só, o verde é produto de uma ideia recente a respeito da natureza que vem sendo tratada como bem indireto ou moral. A isso eu chamo de natureza urbanizada, resultado dos processos de urbanização, mas também uma variável deles. Eu também argumento que esse é um tipo particular de crença moral, um “imaginário social” (TAYLOR, 2004; CASTORIADIS, 1997; ANDERSON, 2006), na medida em que motiva a ação, é amplamente visível e também é uma forma socioespacial à qual vários conteúdos substantivos podem ser atribuídos.

Chego a esse argumento estudando a natureza urbanizada de um lugar que desafia as explicações do senso comum para legitimar as práticas de esverdeamento em determinada localidade. Objeto deste estudo, o Vale do Ruhr é uma região policêntrica da Alemanha que, desde o início do século XX, tem sido constantemente esverdeada em um contexto diferente do qual essa prática é normalmente verificada: ausência de uma densidade urbana significativa e de espaços públicos verdes.

O artigo oferece dois momentos históricos para guiar a narrativa: do surgimento da natureza urbanizada no Ruhr na primeira década do século XX, quando a natureza passou de um bem material “direto”, usado para fins de subsistência naquele local, para um bem “indireto”, moral ou simbólico; e sua utilização, no pós-guerra, para perfilar duas visões concorrentes do urbanismo no Ruhr. Mostro que,

mesmo na ausência de uma cidade grande e densa (uma vez que transformações urbanas mais amplas foram as responsáveis por levar essa nova ideia de natureza ao Vale do Ruhr), tornou-se possível esverdear aquele local no sentido familiar e contemporâneo; ou seja: agir através da natureza para melhorar o ambiente urbano, e essas ações acabaram sendo reconhecidas ao longo do tempo como melhoramentos.

O tratamento empírico deste artigo reavalia as origens e os usos de significantes da natureza nas cidades, contribuindo para atualizar a explicação do senso comum sobre práticas de esverdeamento de acordo com o pensamento urbano-ambiental contemporâneo. Com base nos desafios explicativos do Vale do Ruhr, defendo que o esverdeamento não é uma reação ideológica aos problemas do urbanismo, mas uma prática social impulsionada por um novo imaginário social da natureza enquanto bem moral indireto e que pode ser mobilizado por diversos atores como um veículo para propagar visões normativas muito diferentes do que a sociedade tem dele. Reúno ideias da Sociologia e dos Estudos Urbanos para apresentar esse argumento e, deste modo, oferecer duas contribuições teóricas relacionadas – uma para cada campo. Para os urbanistas, esse argumento sobre os relatos recentes da urbanização como um processo sicionatural que se estende ao domínio sociológico, definindo o papel da cultura e dos imaginários sociais nas mudanças urbanas (e mostrando como em momentos de grande reestruturação urbana esse imaginário social era uma causa e uma consequência na transformação urbana). Para os sociólogos, essa abordagem do esverdeamento “materializa” a sociologia da moralidade, fornecendo uma descrição da moral em ação que, por sua vez, enfatiza a dimensão material das crenças morais e seus efeitos diretos no ambiente construído.

NATUREZA E CIDADES NA ANÁLISE SOCIAL

A história mais popular do senso comum sobre as práticas de esverdeamento é de que se tratam de ações reativas à metrópole industrial atormentada por problemas de poluição e saúde pública. Os historiadores atribuem a noção de esverdeamento a uma visão romântica da natureza que surgiu durante a emergência da sociedade urbana moderna e que foi motivada pelo desejo de “reconexão” social às formas e experiências sociais pré-industriais e extraurbanas (MARX, 2000; NASH, 2014). À medida que a natureza “real” perdia território, simulacros da nature-

za, como o Central Park de Frederick Law Olmsted, foram sendo incorporados às cidades com fins de promover descanso bucólico à pobreza, densidade, poluição e alienação presentes na urbe (CRANZ, 1982; CRONON 1995; SCHMITT, 1990). Assim, esses relatos sugerem que o crescimento das cidades industriais endossou práticas de esverdeamento para proporcionar a elas um retorno nostálgico à natureza. Isto é, um escape à sociedade urbana, tratando parques urbanos e espaços verdes públicos como melhoramentos integrados à habitação e ao saneamento e, portanto, como projetos de reforma social que buscavam remediar os problemas gerados pelas cidades industriais. Como Lewis Mumford (1965) pontuou em uma resenha crítica sobre o livro *Garden Cities of Tomorrow* de Ebenezer Howard, “a existência de cidades sem jardins é um sintoma da patologia urbana: um subproduto de altos valores de terra e dos baixos valores de vida”; neste sentido, esverdear se tratava de uma ação corretiva.

Essa explicação também reflete o entendimento clássico da relação entre cidades e natureza no meio acadêmico, que foi por muito tempo tratada de modo dicotômico. Embora a dicotomia sociedade / natureza e seus conteúdos associados tenham uma história muito mais longa e complexa (BELL, 2018), as cidades modernas e a sociedade urbana, em particular, há muito tempo se consideram antiéticas quanto à natureza (ČAPEK, 2010; PARK; BURGESS, 1984 [1925]; WIRTH, 1938). Essa visão foi em grande parte um produto da urbanização industrial no século XIX (WACHSMUTH, 2012; WILLIAMS, 1973). À medida que as cidades avançavam sobre o campo pastoral e seus recursos naturais, a industrialização arrancou as pessoas da terra e transferiu-as para as cidades expondo-as à complexa sociedade urbana. Ao mesmo tempo que os cientistas sociais europeus e estadunidenses examinavam as consequências sociais dessas transições, eles também compreendiam as novas características da sociedade urbana em analogia a essas relações espaciais. O *Gesellschaft* urbano foi definido em oposição ao passado agrícola que desapareceu, enquanto o *Gemeinschaft*,² com seus estreitos laços sociais da vida nas aldeias, estava pelo menos implicitamente ligado a economias agrícolas, posse da terra e localização física no campo (TÖNNIES 2011 [1887], SIMMEL, 1964 [1902]). Embora não

teorizassem explicitamente essa relação, estudos iniciais sobre o urbano sugeriram que o crescimento do anonimato, da complexidade social e da anomia nas cidades correspondia também ao aumento da alienação da natureza, pois as pessoas deixavam o campo pela cidade, abandonavam jardins por apartamentos e trocavam o trabalho braçal pelo trabalho mental.

Nos últimos anos, uma série de trabalhos na Geografia e nas Ciências Sociais tem se dedicado a desmistificar essas relações binárias e suas associações, colocando a natureza no centro do estudo da cidade e da sociedade urbana. Historiadores e geógrafos ambientais inverteram a narrativa modernista das cidades como lugares sem natureza, redesenhando a urbanização como um processo de transformação socioambiental em larga escala (CRONON, 1992; GANDY, 2002; KAIKA, 2005) e demonstrando a interligação entre o social e o natural nos ambientes urbanos em várias escalas (ANGELO; WACHSMUTH, 2015; ELLIOT; FRICKEL, 2015; GUSTAFSON et al., 2014). Sociólogos têm estudado a utilidade simbólica da natureza em ambientes urbanos contemporâneos (ANGELO, 2017; GRAZIAN, 2017; JEROLMACK, 2013; LOUGHRAN, 2016), sua construção social através da diferença de classe, nacional ou cultural (BELL, 1995; JEROLMACK, 2007) e seu poder na política e no cotidiano das interações (BREWSTER; BELL, 2009).

Contudo, práticas de esverdeamento ainda não receberam esse tratamento como objeto de pesquisa. A história do senso comum dedicada a estudar tais práticas como uma reação às patologias geradas pelas cidades industriais não reflete os *insights* dessa reavaliação crítica das relações cidade *versus* natureza e a reformulação que tem sido feita mais recentemente como categorias inter-relacionadas em vez de binárias. Enquanto isso, associações ampliadas do verde como sinônimo de “algo bom” continuam sendo a premissa naturalizada e inquestionável de muitos estudos contemporâneos sobre o esverdeamento urbano, associações estas que examinam as consequências sociais e econômicas dessas crenças, mas que raramente perguntam de onde elas vieram (ANGELO, 2019). Em resposta, este artigo amplia os esforços recentes de se reescrever as cidades como ambientes “socionaturais”, viabilizando uma explicação mais atualizada das práticas de esverdeamento como um fenômeno social que ocorre à luz desses avanços teóricos. Faço isso examinando as condições sociais e culturais que tornaram possível vermos o verde como um benefício em primeiro lugar, e as consequências sociais e espaciais das práticas que essa crença produz.

2 NT. *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* podem ser traduzidas do alemão para o português como “comunidade e sociedade”, e representam duas categorias usadas pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies para explicar os laços sociais dicotômicos entre esses dois conceitos.

NATUREZA MORAL COMO NATUREZA URBANIZADA

Certa vez, o escritor inglês Raymond Williams problematizou a palavra “natureza” como uma das mais complexas da língua inglesa porque expressava uma série de ideias distintas: desde parques urbanos a áreas aparentemente selvagens, assim como metáforas associadas à peste ou fome, abrigo ou destruição, força ou recurso (2005, pp. 71–75). Contudo, os significados de natureza que este artigo tem interesse em investigar focam nos elementos de uma natureza domesticada inserida rotineiramente em ambientes urbanos – plantas, árvores, pequenos animais e, especialmente, espaços abertos verdes – e que são elementos amplamente reconhecidos como “coisas boas” para a sociedade. Esses elementos são implantados conscientemente ou não como símbolos “externos” de uma natureza real que podem funcionar como uma maneira de alienar e desconectar a sociedade urbana do mundo e, dessa maneira, melhorar os ambientes em que essa sociedade vive. Esses entendimentos da natureza como uma virtude para a sociedade são tratados como produtos da vida urbana moderna (FARRELL, 2017; FITZSIMMONS, 1989; TAYLOR, 2016). Tal como o historiador Roderick Nash (2014) afirmou, “a apreciação da natureza” é um fenômeno derivado do fenômeno do “estômago cheio”: “a sociedade deve se tornar tecnológica, urbana e densa antes que a necessidade de se retornar à natureza selvagem passe a fazer sentido econômico e intelectual” (pp. 44, 344).

Essas associações com os elementos presentes da natureza nas cidades são morais no que os sociólogos da moralidade descrevem como um sentido “formal, não substantivo” (HITLIN; VAISEY 2013, p. 55; ver TAVORY, 2011): não em termos de certo ou errado, mas em “abranger qualquer maneira pelas quais os indivíduos ou grupos sociais considerem quais comportamentos são melhores do que outros, quais objetivos são mais dignos do que outros e o que as pessoas devem acreditar, sentir e fazer”, e o oposto do que “não é imoral, mas não moral ou moralmente irrelevante”. A sociologia da moralidade busca compreender as lutas simbólicas e classificatórias sobre conhecimentos, normas e valores, especialmente no que diz respeito ao modo como as crenças morais emergem e são mobilizadas no nível da prática (ABEND, 2014; KRAUSE, 2014; STRAND, 2015). Um *insight* importante dessas abordagens é de que “as crenças morais [são] entidades históricas e relacionais situadas e datadas pelas condições que marcam sua aparência em um campo” (STRAND, 2015, p. 537; WILSON; BARGHEER, 2018). Para entender

esses fenômenos, Hitlin e Vaisey (2013, p. 54) recomendaram estudar “os processos sociais que criam e sustentam concepções particulares de moralidade” (descrevem a moralidade como “variável dependente”); e “como a moralidade afeta estratégias de ação ao longo do tempo e / ou em contextos naturais” (que eles chamam de moralidade como uma “variável independente”).

Essas são as perguntas que precisam ser feitas sobre as práticas de esverdeamento urbano. Como outros conceitos passionalmente viesados, como “paz” ou “comunidade”, a lógica “verde como sinônimo de algo bom” é o caso de entendimento normativo de um termo aparentemente descritivo que ganhou posição hegemônica e poder social. A mobilização de tais percepções gera as perguntas: quais são as origens da relevância moral da natureza e quais são os efeitos desse status na política e na transformação urbana?

O argumento é de que a urbanização, vista por outro prisma, também é a gênese do modo pelo qual se passou a atribuir à natureza certa relevância moral e, possivelmente, em seu contexto de ação. “Urbano” é uma palavra quase tão complexa quanto “natureza”, mas na maioria das vezes a expressão “natureza urbana” significa simplesmente dizer “natureza presente nas cidades” (ANGELO, 2017; ANGELO; WACHSMUTH, 2015), em vez de exprimir ideias transformadas sobre a natureza por processos de urbanização no sentido examinado neste artigo. Trato a natureza urbanizada como um imaginário de cidade verde seguindo os recentes avanços dos estudos urbanos que apelaram para a necessidade de reconsiderarmos as cidades (enquanto lugares) como sinônimas de processos urbanos multiescalares (BRENNER, 2013; BRENNER; SCHMID, 2015; ANGELO; WACHSMUTH, 2015) e, também, para indicar duas coisas sobre ideias morais emergentes.

A primeira é que, em vez de ser apenas uma morfologia local das condições físicas das cidades densas e industriais, o urbano representa um conjunto mais amplo de transformações – especialmente a mudança do trabalho agrícola para o trabalho assalariado e dos modos de subsistência para uma economia de mercado – em que concepções urbanizadas de natureza mudaram a visão das pessoas sobre ela, passando de um bem direto e material necessário para fins de subsistência para um bem moral indireto.

E a segunda é que, para que esse imaginário se estabelecesse em qualquer lugar específico, era necessário que os agentes produtores do espaço urbano de um determinado local estivessem – e tivessem consciência de estar – econômica, política e socialmente inseridos em uma rede global de outros agentes

para que assim se tornassem um grupo de referência através do qual essa visão de natureza passaria a se disseminar hegemônica e interativamente. Ao longo deste artigo, a palavra “cidade” descreve um ideal normativo e uma categoria de prática – isto é, o ideal a que aspiravam conquistar os agentes responsáveis pela produção do espaço através do esverdeamento –, e “urbano” uma categoria de análise (BRUBAKER; COOPER, 2000): ou seja, o conjunto de transformações que prepararam o cenário para que surgissem essas novas ideias da natureza e por meio do qual elas foram disseminadas, bem como o campo de disputas que pretendiam influenciar.

Descrevo essas ideias sobre a natureza como algo “benéfico” para a sociedade e como um “imaginário social”, porque o conceito enfatiza a relação entre crenças amplamente difundidas e as práticas que elas possibilitam. Imaginários sociais são entendimentos da ordem moral de um mundo social historicamente específico e intersubjetivamente compartilhado em seu domínio (TAYLOR, 2004; CASTORIADIS, 1997; ANDERSON, 2006). Eles são “carregados em imagens, histórias e lendas”; “compartilhados por grandes grupos de pessoas;” e, mediante esses entendimentos comuns, “tornam possível a reprodução de práticas comuns” (TAYLOR, 2004, p. 23; ver também CALHOUN et al., 2015).

O clássico livro *Imagined Communities* de Benedict Anderson, por exemplo, mostrou como um imaginário compartilhado da “nação” (enquanto comunidade imaginada, finita e soberana) produzia sentimentos de pertencimento, atos de exclusão e até mesmo inspirava pessoas a morrerem pelo coletivo, mostrando também como esse imaginário surgiu e se espalhou pelo mundo moderno (2006, pp. 6-7). Além da nação, os imaginários sociais de conceitos como “democracia”, “cosmopolitismo”, “esfera pública”, “sociedade civil” e “mercado” têm sido usados para avaliar o ambiente existente e orientar intervenções sobre ele (CALHOUN, 2008; TAYLOR, 2004; VERTOVEC, 2012). Os imaginários sociais também explicam a reemergência de algumas práticas ao longo do tempo, dando a elas uma “linguagem” de expressão distinta conforme os cânones de cada época (GAONKAR, 2002, p. 10). No caso do esverdeamento, um imaginário social da natureza como algo “benéfico” para as cidades tornou possível, inicialmente, que as práticas de esverdeamento ajudassem a explicar por que as pessoas recorrem à natureza frequentemente como um remédio para solucionar os problemas urbanos.

Os desafios explicativos que justificam o Vale do Ruhr como um estudo de caso (um local em que práticas de esverdeamento são recorrentes, mas em

um contexto no qual inexistia uma cidade grande que clame por “soluções naturais”, a exemplo das grandes metrópoles) também exigem um relato da trajetória, legibilidade e polissemia desses elementos. A não ser o fator “densidade urbana”, quais são as outras condições que possibilitaram que as práticas de esverdeamento se tornassem legíveis – isto é, visíveis – como forma de ação moral? Esforços nesse sentido vêm sendo realizados mais recentemente, embora os estudos sobre os imaginários sociais não tenham considerado tanto as questões sobre até que ponto determinadas formas sociais são reproduzíveis, de que modo conceitos estrangeiros se tornam pensáveis ou como neologismos são incorporados em contextos diferentes (GAONKAR, 2002).

Goswami (2002), em particular, valeu-se do relato de Anderson sobre o nacionalismo “modular” para distinguir nacionalismos específicos e a capacidade de reflexão mais extensiva do nacionalismo como uma “forma social”, mostrando como se tornou possível pensar o mundo através das nações. Com isso, tal conceito poderia se disseminar por lugares e histórias muito diferentes, produzindo movimentos nacionalistas de tipos igualmente muito diferentes. O argumento de Goswami (2002) destaca as semelhanças formais dos nacionalismos entre suas várias camadas possíveis de leitura e enfatiza as condições estruturais e culturais (ou sociais) que permitiram ao conceito de nação se disseminar e se enraizar em lugares específicos.

A história do Vale do Ruhr revela a mesma dinâmica de ação no caso das práticas de esverdeamento. O fato de esse imaginário e de suas práticas terem sido capazes de se propagar em um local com amplo espaço verde (ao contrário da morfologia das metrópoles tradicionais) confirma que a natureza urbanizada não era simplesmente uma resposta instintiva às patologias das cidades industriais, mas uma ideia que emergiu do mesmo conjunto mais amplo de transformações urbanas que também produziu essas cidades. Uma vez disponível historicamente, a condição local necessária para o esverdeamento era de que os possíveis protagonistas dessas práticas se tornassem (e passassem a se ver) como participantes de um campo internacional de outras cidades e agentes urbanos que mobilizavam a natureza dessa maneira. Foi então que o esverdeamento poderia aparecer de várias formas concretas, sobretudo como solução para uma variedade de problemas percebidos no Ruhr e em outros lugares, mesmo diante da ausência de condições urbanas específicas que motivassem essa mobilização.

Como outras práticas sociais, o esverdeamento pode ocorrer em várias escalas, sendo afirmado e

reproduzido materialmente. Censos demográficos, mapas e museus, por exemplo, são plataformas familiares para o estabelecimento do nacionalismo (ANDERSON, 2006); os cidadãos percebem uma identidade nacional ao reproduzirem uma promessa diária de lealdade à nação, ajudando a construir dessa forma monumentos nacionais. O caso do esverdeamento traz à tona duas características adicionais, e mais gerais, dos imaginários e práticas sociais. Primeiro, enquanto conceitos formais não substantivos, os imaginários sociais estão disponíveis para uma variedade de agentes e projetos políticos com diferentes relações de poder, no mesmo espaço e tempo. Em outras palavras, visões morais concorrentes podem ser reproduzidas através do espaço verde. É por esse motivo que é apropriado descrever o esverdeamento como uma “linguagem” ou gramática da ação moral, e não como um ponto de vista específico; é uma forma social através da qual se pode comunicar visões morais em geral. Segundo, essas práticas não são apenas simbólicas, mas ajudam a criar literalmente os mundos que imaginam. As práticas de esverdeamento no espaço urbano são inerentemente materiais e, quando esse imaginário é transplantado para o ambiente construído, pode implicar transformações bastante significativas no cenário físico e social. Isso coloca em foco uma visão do ambiente construído constituída por essas escolhas “imaginativas”, bem como por fatores estruturais.

SELEÇÃO DE CASOS, DADOS E MÉTODOS: O ESVERDEAMENTO URBANO PERANTE A AUSÊNCIA DE UMA CIDADE

Como mencionado, chego a esse argumento por meio de um estudo sobre práticas de esverdeamento na região do Ruhr, na Alemanha, um lugar onde explicações tradicionais que justificam a necessidade de se produzir cidades esverdeadas falharam. O Ruhr é uma das maiores aglomerações urbanas da Europa Ocidental, conhecida historicamente por sua mineração de carvão e produção de aço e (dependendo de como sejam delimitadas suas fronteiras) composta por cerca de 1.000 milhas² e 6,5 milhões de pessoas. É também um caso de esverdeamento diante da ausência de uma cidade propriamente reconhecida. Por 150 anos, o Vale do Ruhr tem sido visto como um ambiente urbano “problemático”, porque não dispõe de uma forma clássica de cidade ou de uma cidadania cosmopolita: é uma região espacialmente difusa, habitada majoritariamente por uma classe trabalhadora e culturalmente provincial. O urbanista alemão Wal-

ter Siebel certa vez comentou que “se alguém perguntar às pessoas na Europa o que elas imediatamente associam ao termo urbanidade, há pouco a hesitar... a urbanidade tradicional significa ruas movimentadas, lojas abertas 24 horas, ou seja, o perfil tradicional da cidade europeia”. Mas, no Ruhr, “tudo que se encaixa no estereótipo de uma cidade europeia é inexistente: não há um núcleo central, um contraste urbano versus rural legível e uma mistura [de funções]. Trata-se de um rural urbanizado sem uma cidade real” (SIEBEL, 1999, p. 123). Mais recentemente, em um livro intitulado *Cities without cities*, o teórico urbano Thomas Sieverts (2003) desenvolveu seu conceito de *Zwischenstadt* (literalmente “*in-between-cities*” – ou “espaços entre cidades”), em grande parte referenciando o Vale do Ruhr como exemplo.

E, no entanto, o Ruhr também é um dos maiores exemplos no mundo desse “impulso” relacionado ao esverdeamento urbano; desde o início do século XX, o desenho do espaço verde tem sido central para reconfigurar a região tanto espacial como socialmente falando. Em 2010, o Ruhr foi nomeado Capital Europeia da Cultura graças ao *Internationale Bauausstellung Emscher Park*,³ projeto que promoveu uma transformação regional de *brownfields* em parques, restos industriais em museus e linhas ferroviárias e canais de esgoto em vias verdes de circulação. Desde o início do século XX, o Ruhr também se esverdeou mesmo perante a ausência das condições urbanas às quais a prática do esverdeamento é geralmente atribuída: presença de densidade urbana e favelas industriais (HALL, 2002), problemas de saúde pública desenfreados ou uma classe média “cosmopolita” e consumista (GREEN, 1990). Graças à longa história do local e à morfologia incomum, foi possível acompanhar o surgimento e a transformação desse entendimento da natureza urbanizada no enquadramento aqui proposto.

Os dados deste artigo foram coletados por meio de um projeto de pesquisa mais amplo que investigou os 150 anos de esverdeamento urbano no Ruhr com base em consulta a arquivos, realização de entrevistas e observação participante. A coleta de dados foi realizada durante dois anos de trabalho de campo entre 2011 e 2013. O projeto geral fez um estudo comparativo longitudinal (WALTON, 1992) organizado para identificar pontos em comum nas práticas de esverdeamento em três momentos de grande reestruturação urbana global: industrialização em 1900; desindustrialização na década de 1960; e neoliberaliza-

3 NT. Programa de mudanças estruturais na região do Ruhr alemão, de 1989 a 1999, a fim de mostrar novos conceitos em termos de ideias sociais, culturais e ecológicas.

ção na década de 2000 (BRENNER, 2004; JESSOP, 2002; AGLIETTA, 2000).

Este artigo descreve projetos observados nos dois primeiros momentos: a construção da primeira cidade-jardim da região, no início de 1900, quando a natureza urbanizada surgiu no vale do Ruhr; e duas visões concorrentes democráticas do pós-guerra de produção do espaço público através de espaços verdes na década de 1970. Cada projeto de esverdeamento foi localmente significativo e deliberadamente planejado para que funcionassem como significantes de novas identidades urbanas após respectivos momentos de agitação urbana. Esses projetos também foram representativos e associados a paradigmas de esverdeamento urbano comuns em toda a região e em todo o mundo ocidental em cada época analisada. As evidências apresentadas aqui sobre a justificativa para implementação desses projetos, e sobre como eles foram vistos em conformidade às tendências internacionais e suas expectativas de catalisar mudanças localmente provêm de documentos de planejamento locais e regionais, fontes originais de arquivos e outras fontes bibliográficas históricas sobre a região, sendo estas últimas analisadas pelas lentes teóricas abordadas neste texto. Literatura acadêmica sobre os projetos durante o tempo de construção – Jürgen Habermas, Oskar Negt e Alexander Kluge, para o período pós-guerra – também foi usada como fonte histórica.

Por fim, tratamos o Ruhr como um caso urbano. O trabalho sobre a natureza como tecnologia ou representação do poder social e político tende a tomar a nação como parte de seu contexto (FOURCADE, 2011; MUKERJI, 1997; SCOTT, 1998) – especialmente na Alemanha (CIOCCO, 2002; LEKAN; ZELLER, 2005). Chandra Mukerji (1997), por exemplo, descreveu os jardins de Versalhes como “uma forma de prática material, uma maneira de agir no espaço com o objetivo de fazer esses jardins parecerem, de fato, a França” (1997, p. 9). Nos projetos examinados aqui, o verde foi uma maneira de ação direta no espaço como modo de ajudar a fazer o Ruhr parecer uma cidade. Certamente, os projetos de esverdeamento no Ruhr refletem preocupações nacionais específicas (como a reconstrução da democracia na Alemanha Ocidental do pós-guerra), mas especialmente porque os agentes sociais responsáveis por isso se colocaram conscientemente em um campo interativo internacional de outras cidades e de outros agentes sociais urbanos preocupados com a mesma questão. Esses projetos também foram entendidos como simulacros e tentativas deliberadas de se refazer o Ruhr para refletir novos ideais urbanos, embora fossem ao mesmo tempo projetos utilitários, ou seja, com necessidades

de provisão efetiva de espaço para habitação e atividades recreativas.

AS ORIGENS DA RELEVÂNCIA MORAL DA NATUREZA: A NATUREZA URBANIZADA CHEGA AO RUHR

O principal argumento deste artigo é que a urbanização industrial provocou uma mudança na forma como a natureza passou de um bem direto a um bem indireto: isto é, da natureza repleta de elementos para fins de subsistência àquela natureza vista como portadora de benefícios principalmente afetivos e imateriais. Os historiadores ambientais documentaram o surgimento dessa concepção moral contemporânea e reconhecível da natureza durante a industrialização da Europa Ocidental e dos Estados Unidos no século XIX, mas sem descrevê-la como tal. A Revolução Francesa marcou o início da transferência de jardins e bosques reais para o espaço público de Paris, seguido por um grande investimento na construção de parques (IVES, 2018) e novas formas de arte e espetáculos de representação da natureza nas décadas de 1830 e 1840 (GREEN, 1990). Na Inglaterra, o capitalismo industrial criou um anseio pelo retorno ao “rural” no início do século XIX (WILLIAMS, 1973). Na Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, a urbanização “sobrecarregou [a] imagem árcade” das cidades industriais, forçando o desenvolvimento de uma “visão urbana” na década de 1840 (BENDER, 1982, p. 77). Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux criaram seu Plano Greensward para o Central Park de Nova York na década de 1850 (CRAWFORD, 1995). Os reformadores sociais da era progressista prescreveram a natureza como um caminho para aliviar a pobreza, a superlotação e a poluição da cidade de Chicago na década de 1890.

O Ruhr adotou essas medidas mais tardiamente; esse novo imaginário social e os primeiros esforços reconhecíveis de esverdeamento não apareceram por lá até o início do século XX. Em 1900, todas as grandes transformações da urbanização já haviam ocorrido no local: a economia crescente da produção de carvão e aço transformou um vale agrícola tranquilo com uma população de 300.000 habitantes em uma aglomeração industrial fervilhante de dois milhões de pessoas; camponeses se tornaram empregados assalariados no contexto de uma economia industrial nascente (JACKSON JR, 1997); e os padrões de trabalho e consumo mudaram à medida que os homens começaram a trabalhar nas minas e não mais nos campos, e as mulheres começaram a comprar co-

mida em vez de produzi-la (STEINBORN, 1991). Mas, apesar dessas transformações, o Ruhr ainda não havia se urbanizado a partir de um imaginário. Mesmo cercado por essas novas formas de trabalho, consumo e relações sociais, no final do século, o ideal normativo da sociedade ostentado pelos detentores do poder local ainda era tido como agrário ou rural; eles ainda não viam o Ruhr como uma cidade, nem mesmo sua força de trabalho industrial de primeira geração como cidadãos urbanos.

Essa orientação agrária em pleno contexto urbano-industrial era claramente visível no comportamento e nas crenças dos barões industriais do Ruhr, mais notadamente na empresa Krupp, instalada na cidade de Essen. No final do século XIX, a força de trabalho industrial ainda era predominantemente de origem rural e “a linha de divisão entre o mineiro e o camponês-cultivador não era fácil de traçar” (POUNDS, 1968, pp. 89-90). Todavia, além dos funcionários individuais, todo o gerenciamento e o arranjo espacial da empresa Krupp replicaram conscientemente as relações sociais agrárias na paisagem. Krupp e os outros proprietários de fábricas do Ruhr adotaram o modelo paternalista de gestão do trabalho que, por sua vez, replicava as relações feudais entre senhor e servo com novas interdependências entre empregador-empregado (DRUCKER, 2012), fornecendo serviços de moradia, educação, assistência médica e aposentadoria em troca de “obediência incondicional” (GÜNTHER; PRÉVÔT, 1905, pp. 35, 181). Eles forneceram toda a infraestrutura de serviços públicos (HUNDT 1902; LARSEN, 1996, p. 975), em vez de isto ser responsabilidade do setor público nascente. E eles também construíram habitações proletárias na forma de “colônias” – pequenos grupos de casas geminadas com jardins individuais e galpões para a criação de animais (STEINBORN, 2010).

As colônias representavam um simulacro da vida rural que, em tese, organizava a vida cotidiana dos trabalhadores, buscando justamente refletir esse ideal agrário. Em outras palavras, essas colônias não pretendiam cultivar um público urbano ou criar cidadãos urbanos. Não havia espaços públicos projetados para a mistura social, não havia sentido análogo algum para que os trabalhadores se misturassem e se encontrassem, nenhum valor dado ao cosmopolitismo como vias para promover uma diferenciação social articulada entre elas. Ao contrário; as colônias agrupavam trabalhadores por região de origem para garantir que eles “pudessem continuá-las a partir dos distritos rurais de onde vieram” (KOCH, 1954, p. 81 apud *Die Lage der Bergarbeiter im Ruhrgebiet* de 1903, PIEPER). Essas colônias também forneceram

amplo acesso à natureza para fins de subsistência. No final do século XIX, 96% das unidades habitacionais da empresa ofereciam galpões para criação de cabras, galinhas e porcos (HUNDT, 1902, p. 31). Uma pesquisa de 1893 contou, entre 16.060 mineiros com acesso a jardins e campos, 524 cavalos, 8.210 bovinos, 31.221 cabras, 38.017 porcos e 885 ovelhas (DEGE; DEGE, 1983, p. 50). Os animais eram importantes naquele contexto porque a empresa Krupp ainda imaginava chefes de família como aqueles envolvidos em trabalhos agrícolas fora do trabalho industrial, declarando que um “trabalhador em tempo integral, que quer cuidar de seu jardim e de seus pequenos animais, não deve ser submetido a um longo percurso” para chegar até eles após um dia de trabalho cansativo nas minas (HEINRICHSBAUER, 1936, p. 42).

Essa visão do Ruhr e de seus trabalhadores foi sendo modificada na primeira década do século XX à medida que importantes proprietários de fábricas, planejadores urbanos e filantropos começaram a imaginar o Ruhr como uma região que deveria se equiparar às capitais europeias tanto culturalmente quanto economicamente falando. Nesse ponto, realizaram uma mudança imaginativa de *Gemeinschaft* para *Gesellschaft* – da tradicional “comunidade” rural ou agrária para as cidades e a sociedade urbana como uma visão normativa para o Ruhr – e, posteriormente, começaram a registrar uma preocupação crescente com a falta de referências tradicionais do urbanismo no vale do Ruhr. Em 1900, o Ruhr rivalizava com cidades como Berlim e Londres em tamanho e importância econômica. Mas, em vez de ser atormentado pela superlotação, poluição e doenças (LEES, 1985; SCHMIDT, 1912), o policêntrico Ruhr sofreu outros problemas relacionados à sua legibilidade como cidade.

A “pegada espacial” da região foi previamente estabelecida através de um conjunto de cidades mercantis do período medieval que, na medida em que cresciam e se conurbavam, passavam a assumir a “aparência de uma cidade gigante contínua... repleta de um exército gigante de trabalhadores... [e] envolta e coberta por uma névoa, véu gasoso, empoeirado e sujo” (HICKEY, 1985, p. 19 apud *Die Lage Der Bergarbeiter im Ruhrgebiet*, PIEPER, em 1903). Também faltava ao Ruhr uma classe média cosmopolita por conta do “bloqueio educacional” de Kaiser Wilhelm II, que pretendia manter uma força de trabalho ignorante e dócil no local, impedindo a abertura de universidades no Ruhr (REGIONALVERBAND RUHR, 2010). Não havia instituições culturais como o Louvre de Paris, o Staatsbibliothek de Berlim ou o Hyde Park de Londres – os esforços do filantropo local Karl Ernst Osthaus para estabelecer o Museu de

Arte Moderna do Ruhr, em 1902, provocou o burburinho local de que “a arte de alta qualidade pertencia a Berlim, não às províncias” (SCHULTE, 2009, p. 215). E devido ao arranjo espacial das colônias, também não havia vida nas ruas, espaços públicos ou lugares para o encontro e a mistura de estranhos. Por volta de 1900, as elites do Ruhr começaram a notar essa falta de burguesia instruída, oportunidades de *flânerie*, consumo e de grandes instituições culturais ou espaços públicos como problemas a tratar, passando a ver seus residentes, portanto (muitos trabalhadores industriais da primeira geração e novos imigrantes), como parte de uma cidadania urbana pouco diversificada.

Essas preocupações crescentes marcaram o momento em que a natureza urbanizada chegou ao Ruhr. Quando as elites locais começaram a ver a cidade como um ideal espacial e social ao qual aspirar, passaram a considerar as formas simbólicas da natureza como um meio para alcançar esse objetivo. Durante o século XIX, os reformadores urbanos de outras cidades industriais propuseram intervenções verdes no ambiente urbano construído para ajudar a resolver problemas de saneamento e superlotação, como a cidade-jardim de Ebenezer Howard no Reino Unido. No início do século XX, em mimetismo às capitais europeias, os barões industriais do Ruhr se voltaram para a natureza como uma solução para os problemas da falta de urbanismo no local, mesmo perante a ausência dos problemas específicos que motivaram o uso da natureza urbanizada em outros lugares.

Em 1910, Krupp colocou esse novo imaginário em prática em Margarethenhöhe, a primeira cidade emblemática dos jardins da região. Margarethenhöhe usou o modelo de cidade-jardim de Howard para diferentes propósitos locais. Foi projetado explicitamente para simbolizar o futuro do Ruhr como cidade e para fazer com que o Ruhr se aproximasse à forma e à sensibilidade das capitais europeias ao encaixar os trabalhadores industriais à imagem da cidade, e não à imagem prévia do campo, do interior. O primeiro planejador regional do Ruhr, Robert Schmidt, projetou a cidade-jardim juntamente com cinturões verdes e parques públicos como um meio para a “apresentação esquemática de uma grande cidade incipiente” em uma área industrial (SCHMIDT, 1912, p. 90). Para Osthaus, a cidade-jardim – assim como o seu museu de arte – seria um meio de elevar a mente, de promover a “circulação desenfreada da vida mental” por todo o sistema (1911, p. 34). E para os Krupps, após meio século criando fábricas operando independentemente das cidades pré-industriais do Ruhr, Margarethenhöhe foi um “presente” para a cidade

de Essen, que abrigou pela primeira vez moradores de classe média residindo próximos a trabalhadores da Krupp (KRUPP’SCHES GUSSTAHLFABRIK, 1912, p. 314). Este projeto teve propósitos de reformar Essen como um “distrito artístico único... afiliado ao centro da cidade” (METZENDORF, 1906, p. 4; KALLEN, 1984, p. 48). No Ruhr, portanto, a cidade-jardim não era uma resposta às favelas industriais, mas um projeto das elites da região de produzir explicitamente cidadãos mais cosmopolitas e cultos em relação aos padrões de vida cotidiana.

A principal maneira pela qual Margarethenhöhe ajudou a transformar os trabalhadores agrícolas em cidadãos urbanos reconhecidamente burgueses foi por meio do estabelecimento de novos relacionamentos sociais com a natureza. Embora as colônias tivessem fornecido o acesso à natureza como um bem direto e de subsistência, as cidades-jardim proporcionavam espaços esverdeados da maneira contemporânea e reconhecível – por seus benefícios como um bem indireto ou moral. Como nas colônias, cada unidade tinha seu próprio espaço verde, mas as árvores frutíferas passavam a ser apenas decorativas (METZENDORF; MIKUSCHEIT, 1997) e a criação de animais expressamente proibida (MARGARETHE KRUPP-STIFTUNG FÜR WOHNUNGSFÜRSORGE, 1915). Embora os Krupps já tivessem passado a ver a cultura do jardim como “economicamente” e “moralmente útil”, em 1887, o patriarca da família registrou a preocupação de que “se o jardim... não for controlado apenas pela mulher, ele [o marido] trabalhará em casa e descansará na fábrica”, declarando que “a agricultura de subsistência não deve ser praticada” [para conter esforços] (GÜNTER, 1970, p. 154).

À medida que a atividade agrícola deixou de ser trabalho masculino para virar *hobbies* de mulheres e crianças, a natureza também deixou de ser um espaço de trabalho para virar um espaço de lazer. O designer de Margarethenhöhe, Georg Metzendorf, planejou os jardins e bosques circundantes como um “espaço de restauração... no final do dia” para “a vida social da família” (METZENDORF, 1906, p. 12; KALLEN, 1984, p. 55). À medida que o assentamento se expandia em torno de uma das fazendas remanescentes da região, ele também ajudou o proprietário em dificuldades financeiras a reconceituar seus negócios agrícolas como um “destino de excursão e de descontração em meio a um jardim” (METZENDORF; MIKUSCHEIT, 1997, pp. 67-68). Os quintais, bosques e cafés de Margarethenhöhe refletiam uma nova paisagem imaginada, bem como novas ideias sobre a natureza se refletiam como um espaço de lazer que transformava seus bens de subsistência material em

edificação espiritual e, assim, produzia as condições para que a população experimentasse a natureza como algo cênico.

Os historiadores dedicados a entender o Ruhr não interpretam a chegada da cidade-jardim na região como uma mudança dramática das colônias que a precederam, uma vez que ambas eram formas de habitação de baixa densidade, oferecendo amplo espaço verde. Mas através dessa perspectiva, dizem que as novas regras para o espaço verde marcaram uma mudança decisiva no uso da natureza e na preservação das relações diretas de subsistência para os usos indiretos/morais. O momento de seu surgimento também indica que as mudanças provocadas pela industrialização nas relações sociais e nos modos de vida eram necessárias, mas não suficientes para o surgimento da natureza urbanizada.

A visão das elites locais a respeito do que seria uma “vida boa” permaneceu agrária ou rural ao longo de meio século de industrialização pesada, embora os padrões de trabalho e migração do Ruhr, as relações sociais e as formas econômicas já fossem urbanos. O segundo fator-chave foi uma virada imaginativa para a cidade entre as elites regionais, que cada vez mais se viam como participantes de um campo internacional de outras cidades e agentes sociais urbanos no qual a ideia de verde como algo benéfico para as cidades estava amplamente em propagação. Foi aí que um ideal urbano alternativo da sociedade e um imaginário urbanizado da natureza surgiram no Ruhr, e também que as ideias do verde como um bem moral indireto começaram reconhecidamente a orientar intervenções no ambiente construído. Embora as primeiras árvores urbanas de Essen tenham sido entendidas como parte de uma decoração fútil no final do século XIX (MCCREARY, 1964, p. 127), por exemplo, no século XX, o crescente setor público começou a ver formas da natureza, como árvores de rua, parques públicos e florestas municipais como bens públicos a serem fornecidos juntamente com instituições culturais, como bibliotecas e casas de ópera (MCCREARY, 1964).

OS USOS SUBSEQUENTES DA NATUREZA URBANIZADA: DUAS VISÕES “VERDES” DA DEMOCRACIA NO PÓS-GUERRA

A partir do momento em que a natureza passou a ser percebida como algo benéfico no Ruhr, os agentes produtores do espaço puderam e continuaram a espacializar esses ideais de mudança dos espaços públicos

por meio da criação de áreas verdes. Inicialmente um resultado da urbanização, a natureza urbanizada tornou-se uma variável das mudanças urbanas à medida que se buscava refazer o ambiente citadino em um momento de grande reestruturação das cidades na Europa. Nas décadas que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial, dois grupos sociais muito diferentes promoveram visões concorrentes do que deveria ser uma sociedade democrática através da natureza.

Considerando que a cidade-jardim de Ebenezer Howard já empregava o uso paradigmático da natureza para remediar os males urbanos no século XIX, no pós-guerra surgiram dois paradigmas de planejamento concorrentes com visões correspondentes de cidades e da vida cívica ocidentais (KLEMEK, 2011). Ambos os paradigmas tinham influências do esverdeamento.

O primeiro foi uma versão espacial da modernização fordista, que adotou os princípios do modernismo arquitetônico e do planejamento funcionalista – um paradigma de planejamento realizado arquitetonicamente a exemplo dos “arranha-céus espalhados em meio a um parque” de Le Corbusier, programaticamente alinhado à visão da Carta de Atenas (1933) de cidades funcionalmente divididas e fisicamente semelhante à construção de Brasília, em 1960. Na época, nos Estados Unidos, essas ideias impulsionaram o espraiamento suburbano possibilitado graças à expansão da indústria automobilística e que serviram como causa e consequência do *white flight*,⁴ da decadência urbana e da pobreza negra presente nas cidades estadunidenses.

Mas a década de 1960 também assistiu a uma reação crescente da comunidade contra o planejamento urbano racional-compreensivo e o viés autoritário de projetos de reconstrução em larga escala. A batalha entre Robert Moses e Jane Jacobs sobre a rota proposta da Lower Manhattan Expressway cruzando o bairro de West Village, em Manhattan, talvez seja a mais famosa desses antagonismos que foram travados. Mesmo que algumas demandas não fossem tão claras, esses antagonismos polarizavam tipos de planejamento urbano *top-down* (de cima para baixo) versus *bottom-up* (de baixo para cima), projetos de larga escala versus projetos de pequena escala, planejamento versus organicidade. Nas cidades dos Estados Unidos na década de 1970, o desenho e o uso de espaços verdes, como o Washington Square Park, em Nova York, ou o People’s Park, em Berkeley,

4 NT. *White flag* (ou “voo branco”) diz respeito ao fenômeno de pessoas brancas que evadiram áreas urbanas, particularmente aquelas com populações minoritárias significativas, para residir em áreas suburbanas.

Califórnia, foram os principais locais planejados para combater esses problemas.

No Ruhr, nessa época, os paradigmas internacionais de planejamento urbano verde foram novamente implantados como soluções para problemas nacionais e locais – nesse caso, para ajudar a reconstruir um espaço urbano público e democrático. Na década de 1960, a região estava enfrentando o colapso da economia industrial e de mudanças estruturais maciças, enquanto o país como um todo lidava com as consequências do nacional-socialismo e das atrocidades de Hitler durante a guerra buscando recriar a democracia na nova Alemanha Ocidental. À medida que o poder dos barões industriais diminuía, foram os planejadores e formuladores de políticas do novo governo democrático que tiveram a tarefa de imaginar e realizar o futuro pós-industrial do Ruhr. Embora fossem críticos do planejamento autocrático de Robert Moses (DIEFENDORF, 1999; KLEMEK, 2011), esses planejadores e formuladores de política buscaram reproduzir no Ruhr a divisão funcional das cidades automobilísticas enquanto forma espacial sinônima de democracia estadunidense (GÖDERITZ et al., 1957), combinando essa morfologia de “subúrbio” por excelência com ideais políticos da Alemanha Ocidental. Nas décadas de 1960 e 1970, o conceito de esfera pública burguesa de Jürgen Habermas ofereceu aos planejadores e funcionários públicos uma visão da democracia pós-guerra baseada no discurso crítico racional entre diversos cidadãos (BAHRDT, 1952; HABERMAS, 1991). Mas à medida que a frustração com as versões *top-down*, burguesas e abstratas da política e do planejamento urbano crescia no Ruhr, assim como em toda a Alemanha Ocidental, os contramovimentos da Nova Esquerda defendiam um modelo alternativo de esfera “proletária” ou “semipública” baseado sobre o princípio de “mistura” (*Mischung*) em vez do princípio de “divisão” (*Trennung*) (JAMESON, 1988, p. 160) a partir do trabalho de dois dos alunos de Habermas, Negt e Kluge (1993).

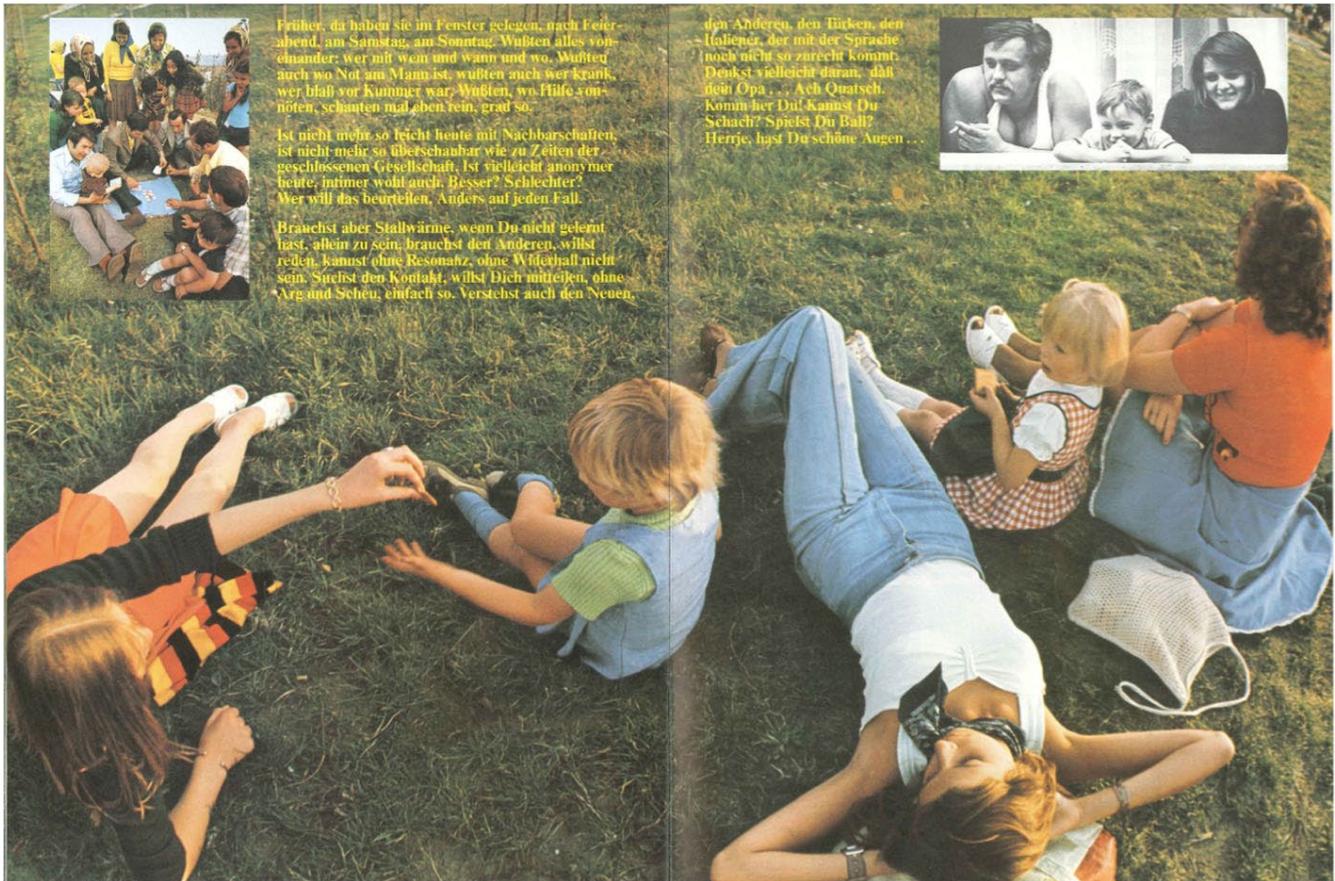
O primeiro modelo Habermasiano foi territorializado pelos planejadores do Ruhr mediante a implantação de uma série de grandes parques regionais de recreação chamados de *Revierparks*, construídos para servir como espaços de convívio para o novo público democrático na região. Os *Revierparks* fizeram parte de amplos esforços de planejamento regional por parte do Siedlungsverband Ruhrkohlenbezirk (SVR), um órgão de planejamento regional criado por Robert Schmidt no final do século XIX. Os planos regionais do SVR dividiram o espaço urbano do Ruhr em quatro esferas funcionalmente separadas (trabalho, vida privada, transporte e lazer),

designando novas formas espaciais para cada uma delas (LANDESREGIERUNG NORDRHEIN-WESTFALEN, 1968, 1970).

Dessa maneira, a construção de universidades tornaria possível a formação de uma nova força de trabalho de “colarinho-branco”; a construção de arranha-céus “modernizaria” uma classe operária provinciana; as rodovias proporcionariam liberdade e mobilidade; e – o mais importante – os parques cultivariam a vida pública democrática. Um estudo nacional sobre o tempo de lazer descreveu os *Revierparks* do Ruhr como um “protótipo” de novos espaços recreativos que promoveriam os objetivos da expansão e consolidação da “sociedade aberta e democrática”, possibilitando “troca diversificada e aberta” em espaços que tornavam as diferenças de classe “invisíveis”, promovendo valores compartilhados, contribuindo para a política e para emancipar indivíduos como “cidadãos-políticos” em vez de “consumidores” individualizados (LÜDTKE, 1972, pp. 49-51).

Para os planejadores do Ruhr, grandes parques contidos em uma cidade funcionalmente dividida representavam o ideal paisagístico de Habermas (como as cidades-jardim de Krupp) e também tinham o objetivo literal de ajudar a criar a esfera pública que se pretendia produzir e seu correspondente público imaginado. Esses planejadores explicitaram as sociabilidades pretendidas dessa intervenção espacial em um folheto distribuído em 1978 com o objetivo de apresentar os novos *Revierparks* ao público alemão (EHRICH; SPRINGORUM, 1978). O folheto serviu como um manual de instruções para o uso adequado dos *Revierparks*, mostrando às pessoas como deveriam se comportar nos novos parques e quem deveria estar neles; também ilustra como os planejadores imaginaram o modo como os parques facilitariam a consolidação da democracia.

A Figura 1 é característica desse momento por trazer o ideal futurista para o foco da imagem, contrastando-o explicitamente com o passado a ser deixado para trás. O passado é representado pelos alojamentos das colônias do Ruhr, visíveis na pequena imagem em preto e branco no canto superior direito, na qual uma família de vizinhos curiosos se inclina para fora de uma janela situada no nível da rua. Embora as colônias e as cidades-jardins continuassem sendo importantes fontes de produção de moradias e alimentos durante a guerra, na década de 1960 os planejadores e proprietários de terras preferiram demolir as colônias a modernizá-las, sendo esse tipo de moradia comumente representado nos documentos de planejamento e na imprensa popular como ultrapassado, isolado e provincial. Aqui, as colônias do passado são apresentadas como um contraste com



Früher, da haben sie im Fenster gelegen, nach Feierabend, am Samstag, am Sonntag. Wußten alles voneinander, wer mit wem und wann und wo, wußten auch wo Not am Mann ist, wußten auch wer krank, wer blatt vor Kummer war, wußten, wo Hilfe vonnöten, schauten mal eben rein, grad so.

Ist nicht mehr so leicht heute mit Nachbarschaften, ist nicht mehr so überschaubar wie zu Zeiten der geschlossenen Gesellschaft. Ist vielleicht anonym, heute, intimer wohl auch. Besser? Schlechter? Wer will das beurteilen. Anders auf jeden Fall.

Brauchst aber Stallwärme, wenn Du nicht gelemt hast, allein zu sein, brauchst den Anderen, willst reden, kannst ohne Resonanz, ohne Wiederhall nicht sein. Suchst den Kontakt, willst Dich mitteilen, ohne Arg und Scheu, einfach so. Verstehst auch den Neuen,

den Anderen, den Türken, den Italiener, der mit der Sprache noch nicht so zurecht kommt. Denkst vielleicht daran, daß dein Opa ... Ach Quatsch. Komm her Du! Kamst Du Schach? Spielt Du Ball? Herje, hast Du schöne Augen ...



Figura 1:
O passado
“isolado” do Ruhr
e o seu futuro
cosmopolita
(EHRICH;
SPRINGORUM,
1978)

o futuro cosmopolita do Ruhr – representado pela fotografia colorida e de página inteira, na qual mulheres e crianças brancas alemãs relaxam descansadamente em público próximas aos novos imigrantes italianos e turcos jogando baralho na fotografia inserida à esquerda. O contraste visual corresponde ao texto, que lê:

Antes, eles se inclinavam para fora da janela, depois do trabalho, no sábado, no domingo. Todo mundo sabia tudo sobre todo mundo: quem andava com quem, quando e onde. Eles também sabiam onde estavam precisando de ajuda, sabiam quem estava doente, pálido de tristeza, isso bastava. Isso já não é tão fácil de se ver nos bairros, nem tão facilmente identificável como nos tempos da sociedade fechada. Hoje talvez [a vida seja] mais anônima, provavelmente mais íntima, também. É melhor? Pior? Quem pode julgar? É diferente, em qualquer caso. Mas você precisa de “calor no estábulo” se não aprendeu a ficar sozinho, precisa de outras pessoas, quer conversar; sem feedback, sem ressonância, você não pode ficar. Você busca contato, deseja se comunicar, sem suspeitas e timidez, exatamente assim. E você entende os ‘novos’, o outro, o turco, o italiano, aquele que ainda não sabe falar alemão

tão bem... Talvez você pense que seu avô... – oh, esqueça – venha aqui, você! Você joga xadrez? Bola? Nossa, você tem olhos tão bonitos....

Essa passagem reflete sobre o papel dos parques regionais como locais em que a população poderia aprender a participar do novo *Gesellschaft* urbano. O “antes” a ser deixado para trás é a claustrofobia da *Gemeinschaft* – onde “todos sabiam tudo sobre todos” – representada pelas colônias; o “hoje”, que é “diferente”, reflete a população imigrante atraída pela constante necessidade de trabalho industrial da região, pela revitalização da produção industrial e pela baixa taxa de desemprego do país, que atraiu à Alemanha Ocidental nos anos pós-guerra cerca de quatro milhões de trabalhadores e suas respectivas famílias oriundas da Turquia, Itália, Grécia e Iugoslávia (VON EINEM, 1982). O SVR projetou os parques para que fossem acessíveis a essa população, colocando-os nas áreas mais densas do Ruhr próximas ao transporte público, e amigáveis para uma variedade de usos familiares (LANDESREGIERUNG NORDRHEIN-WESTFALEN, 1968, 1970). Como zonas de interação entre estranhos de etnia e classe, os parques eram uma realização tecnocrática das ambições da Alemanha Ocidental por um domí-

nio público próspero, a base da urbanidade baseada em distinções nítidas entre público e privado e um público “burguês” de relativo anonimato movido por um discurso racional e por experiências compartilhadas de lazer.

Porém, na mesma década, um contramovimento local da Nova Esquerda rejeitou a visão dos *Revierparks* de democracia urbana burguesa e cidade funcionalmente dividida ao oferecer como alternativa uma visão social através da natureza com uma relação muito diferente com o poder. Desde a construção de Margarethenhöhe e a chegada de aspirações urbanas e da natureza urbanizada ao Ruhr, as colônias foram desvalorizadas econômica e simbolicamente. Elas estavam em decomposição física e seus moradores eram representados como antiquados e provinciais na cultura popular e em materiais como o folheto de propaganda dos *Revierparks*. Planejadores e formuladores de políticas alinhados com as visões burguesas da democracia (assim como proprietários de imóveis, que poderiam ganhar mais com o aumento dos aluguéis) queriam derrubá-las e construir arranha-céus. Mas a construção de universidades no Ruhr trouxe uma Nova Esquerda composta por professores e estudantes universitários que defendiam uma esfera pública “proletária” alternativa com políticas democráticas a serem implementadas nas colônias dos trabalhadores do século XIX do Ruhr. Antecipando críticas ao planejamento modernista, professores e estudantes, junto aos residentes das colônias – formados majoritariamente pela classe trabalhadora tradicional do Ruhr –, começaram a se organizar para salvar as colônias.

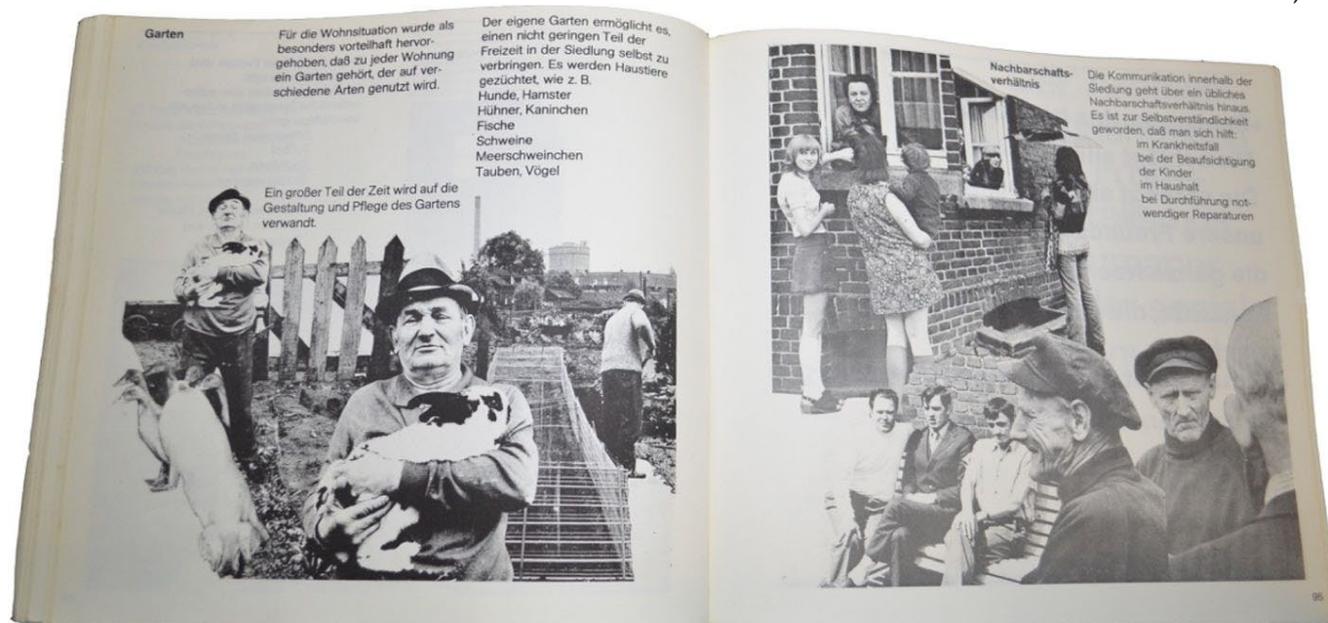
O alvo mais proeminente de preservação foi

Eisenheim, a colônia mais antiga de trabalhadores construída em 1844. O movimento para salvar Eisenheim reinventou a política espacial das colônias e consolidou argumentos para preservá-las em torno de um ideal alternativo, democrático, urbano e político-proletário centrado na natureza. Como os planejadores dos *Revierparks*, o movimento via a natureza como uma ferramenta para a construção da democracia urbana, ao passo que os animais, jardins e espaços verdes compartilhados das colônias eram elementos centrais para ilustrar os materiais publicitários (ver Fig. 2).

Mas, em vez de uma esfera pública Habermasiana de estrangeiros burgueses, eles desprezaram esses espaços materiais como o fundamento de uma política democrática alternativa (FAECKE ET AL., 1977; GÜNTER; GÜNTER, 1999). Embora as colônias refletissem originalmente um imaginário agrário da vida e das relações sociais, em uma nova economia política o movimento foi capaz de reformular simbolicamente esses espaços como base para uma nova política proletária. A seus olhos, no século XX e na ausência de barões industriais como proprietários-empregadores, os jardins e espaços verdes de Eisenheim tornaram-se lugares capazes de criar uma “base sólida de experiência real em massa” para dar “peso” a uma esfera pública proletária de cidadãos cujos interesses eram reflexivamente classificados, historizados e localizados, em vez de ostensivamente abstratos, a-históricos e universais (NEGT; KLUGE, 1993, p. 80).

Um trecho da entrevista de um residente contido em um dos livros publicados pelo movimento explica a relevância de imagens como a Figura 2, de-

Figura 2:
A natureza molda o comportamento de vizinhança (PROJEKTGRUPPE EISENHEIM 1973, 94-95)



clarando que “as pessoas que criam coelhos recebem o apoio de seus vizinhos” (PROJEKTGRUPPE EISENHEIM, 1973, p. 123). Qual é a conexão entre natureza e vizinhança? O movimento argumentou que as demandas da natureza e seus produtos – literalmente, os cuidados que ela requer e os frutos que ela gera – facilitaram a ocorrência de tipos de interações sociais qualitativamente diferentes. Os coelhos criam oportunidades de vizinhança ao atrair crianças e ao incentivar os residentes a passarem momentos de lazer em casa com ninhadas que precisam de cuidado. Os jardins produzem mais flores do que uma pessoa pode colher ou mais legumes do que uma família nuclear precisa, criando oportunidades de cooperação e compartilhamento. Com o desaparecimento imaginado do local de trabalho industrial (o local tradicional do trabalho organizado e da consciência de classe [CREW, 1979]), o movimento argumentou que os jardins multiuso, a criação de pequenos animais e as “salas verdes” da colônia passariam a servir como espaços de pequena escala, multigeracionais e semi-públicos que produziram uma esfera pública proletária ao aumentar as interações sociais, incentivar a confiança, o compartilhamento e a solidariedade e, assim, reproduzir valores comunitários (PROJEKTGRUPPE EISENHEIM, 1973).

A construção de *Revierparks* e do movimento Rettet Eisenheim ilustra como a natureza urbanizada se tornou uma variável nas mudanças urbanas e como foi apropriada para projetos políticos muito diferentes no mesmo período. Como no caso de Margarethenhöhe, os *Revierparks* e as colônias do Ruhr não eram vistos apenas para representar visões normativas concorrentes, mas literalmente locais entendidos como chave para a publicização de novos ideais de cidades e cidadania, espaços onde novas normas e hábitos deveriam ser aprendidos e reproduzidos. Também destacam os efeitos espaciais e sociais cumulativos da natureza urbanizada na política urbana e no ambiente construído. Esse imaginário social transformou a paisagem fisicamente – os *Revierparks* do Ruhr e suas colônias permanecem centrais na identidade espacial da região hoje em dia – e socialmente, em que ambos se tratavam de lugares onde uma esfera pública democrática e uma consciência política eram e continuariam a ser cultivadas.

DISCUSSÃO: O IMAGINÁRIO DO ESVERDEAMENTO E A MUDANÇA URBANA

O principal argumento deste artigo é que a urbanização transformou a natureza em um bem moral que, uma vez disponível, possibilitou o uso de pro-

jetos de esverdeamento como soluções para problemas relacionados ao urbanismo das grandes cidades industriais, mas também de outras. É claro que não sou a primeira pesquisadora a vincular a urbanização a ideias transformadas da natureza, ou a descrever a difusão generalizada de ideias urbanas. Os urbanistas observaram que as ideias historicamente “urbanas” ou “rurais” acabam “tendo uma independência própria”, transcendendo os lugares e tempos em que surgiram (ANGELO, 2017; BELL, 2018: 12; WIRTH, 1938). Mas o modo como as ideias e as estruturas morais urbanas foram processadas e se transformam ainda não foi focalizado em teorias recentes da natureza urbana, seja em estudos teóricos, seja em estudos empíricos. Os argumentos para o estudo da urbanização como um processo socionatural multiescalar enfatizaram a transformação física das cidades e das paisagens extrativistas mais amplas em economias políticas globais (por exemplo, ARBOLDA, 2016; BRENNER; KATSIKIS, 2014). Palavras como “epistemologia” e “imaginação”, “fenômenos” e “condição”, frequentemente aparecem em textos referenciais do planejamento urbano (BRENNER, 2013; BRENNER; SCHMID, 2017), e presume-se que, assim como os processos de urbanização se movem e transformam bens, pessoas e matérias-primas ao redor do mundo, formas, práticas e ideias culturais também circulam. Mas quais são essas formas e práticas culturais e como elas circulam pelo mundo?

Este artigo concretiza e elabora essas alegações documentando o movimento histórico do imaginário do esverdeamento urbano no contexto de um local que não é o de uma cidade tradicionalmente urbana. A pesquisa fornece uma explicação sociológica para o porquê e como essas práticas se repetem e se espalham, e como elas impactam a transformação do espaço físico e social por meio do conceito do imaginário social. Com base nos sociólogos que estudam a moralidade como gênese das categorias morais, argumentei que a urbanização transformou o verde em uma prática moral; que o imaginário social ao qual chamo de natureza urbanizada é um resultado da urbanização transformado em uma variável das mudanças urbanas.

Para traduzir isso na linguagem dos urbanistas, podemos nos voltar para a distinção de Neil Brenner entre o urbano como “essência nominal” e “essência constitutiva”. A essência nominal refere-se às formas sociais e espaciais que os “fenômenos, condições ou paisagens” urbanos adotam (por exemplo, as próprias cidades), enquanto as essências constitutivas são “os vários processos (por exemplo, investimento de capital, regulação estatal, consumo coletivo, luta social etc.) através dos quais o urbano é produzido” (BRENNER, 2013, pp. 96-98). A natureza urbani-

zada foi um produto da urbanização como essência constitutiva: as formas mutáveis de investimento, produção, consumo e relações sociais do urbanismo industrial literalmente “constituíram” essa nova visão moral da natureza, assim como constituíram cidades. Uma vez disponível, a natureza urbanizada afetou a forma urbana como essência nominal: as cidades e outros ambientes urbanos passaram a ser constituídos em parte por essa ideia de natureza, tal como é usada ao tomar decisões sobre o ambiente construído.

O reconhecimento dessa prática como resultado de um imaginário social (em vez de uma resposta confusa aos problemas ambientais) também oferece uma alternativa e uma concepção mais sociológica das causas e consequências do esverdeamento que, por sua vez, ajudam a explicar sua política e onipresença hoje. “Ideologia”, no sentido estrito marxista, é muitas das vezes a lente usada para realização de análises críticas do esverdeamento, implicando um desconhecimento tanto dos problemas sociais da cidade industrial quanto das ações ou crenças que defendem os interesses de classe dominantes (PURVIS; HUNT, 1993; WILLIAMS, 1977, p. 108). Esse diagnóstico também é um produto do enquadramento do senso comum atribuído ao esverdeamento, que o vê como uma prática reativa contra a cidade. As iniciativas de esverdeamento urbano entendidas nesses termos costumam ser tratadas como respostas ideológicas que confundem a origem dos problemas dos quais buscam tratar. Elas são processadas como tentativas de corrigir esses problemas como se pusessem “*band-aids*” espacialmente localizados em vez de promover uma transformação estrutural mais robusta, ou mesmo são processadas como iniciativas que buscam meramente domesticar ou cooptar a natureza sem maior aprofundamento. Essa suposição está implícita no modo como muitas questões sobre a política de hortas comunitárias e outros espaços verdes urbanos são compreendidas, especialmente em relação às suas tentativas e falhas inevitáveis de prestarem um verdadeiro serviço ao público: as hortas comunitárias podem ser espaços contra-hegemônicos ou seriam apenas mais um espaço de expansão do neoliberalismo (MCCLINTOCK, 2014)? Olmsted sabia o quão elitista era seu projeto para o Central Park (ROSEN-ZWEIG; BLACKMAR, 1992)?

Essa suposição é historicamente imprecisa. O movimento Eisenheim constitui um caso histórico em que a ênfase no poder social e político do espaço verde, público e urbano coexiste com uma análise estrutural progressista dos problemas de seu presente somado a um argumento sobre como a participação do proletariado no espaço verde poderia levar à ocorrência de mudanças políticas. Contudo, mais impor-

tante, essas questões oferecem maneiras limitadas de se entender os problemas e as possibilidades dos projetos de esverdeamento. Como projetos sociais, eles não deixam de ser parciais; ao longo do tempo, esses projetos inevitavelmente refletirão as intenções de seus criadores e a economia política dos momentos em que foram idealizados e executados. O que essas perguntas e estruturas falham em explicar são o poder e a polissemia da natureza: não apenas o fato de a natureza *poder* ser utilizada, mas de fato ser utilizada com bastante frequência, e também sua disponibilidade para servir a múltiplos projetos concomitantes direcionados a uma variedade de finalidades políticas. Na década de 1970, o movimento Eisenheim e os *Revierparks* promoveram duas visões distintas da democracia urbana através da natureza; hoje, o esverdeamento urbano é mobilizado em projetos em todo o espectro político, tanto por jardineiros de guerrilha quanto por máquinas de crescimento verde.

Logo, o argumento descrito aqui explica a disponibilidade de soluções verdes para projetos em todo o espectro político, tanto aqueles do tipo *bottom-up* quanto *top-down*. Isto porque não são apenas os planejadores urbanos ingênuos ou reformistas que atribuem esperança ao *design verde* como solução aos problemas sociais, mas todos os tipos de atores que estão aptos a agir para solucionar esses problemas sociais através do espaço verde. Espaços verdes semelhantes entre si, como parques, hortas comunitárias, fazendas urbanas, loteamentos e vasos de plantas colocados nas janelas, podem refletir e projetar ideais sociais muito diferentes, contra-hegemônicos e revolucionários, assim como ideais afirmativos ou reformistas. Um imaginário compartilhado desse conjunto de representações estéticas tratadas como “benéficas” torna esses significantes cotidianos da natureza – ou seja, flores ornamentadas sobre uma mesa de centro ou de jantar, plantações colocadas em vasos de janelas, hortas comunitárias, como já mencionei – amplamente legíveis como recipientes de valor e, portanto, veículos úteis para propagar diversas visões sociais independentemente de sua conotação política. A natureza urbanizada também pode estar no cerne das visões antiurbanas, a exemplo dos movimentos alternativos de produção de alimentos orgânicos e de comunidades pequenas que buscam viver em harmonia com a natureza selvagem, cultivando sua própria comida. Não significa que sejam espaços “livres” de cooptação dominante, mas ambos projetam visões normativas e articuladas do mundo seja através de práticas coletivas ascendentes (*bottom-up*), seja através de práticas coletivas descendentes (*top-down*). Questões ligadas a custo e escala contribuem para o fato de que os projetos de esverdeamento mais visíveis são aqueles que usam a natureza para realçar

os arranjos sociais já existentes. No entanto, não significa que as práticas de esverdeamento sejam necessariamente direcionadas à manutenção de um status quo dominante, mas mesmo práticas ascendentes podem mobilizar o “verde” de maneira semelhante às práticas descendentes.⁵

Esse argumento sobre as origens e os efeitos do esverdeamento tem implicações na sociologia da moralidade e nas teorias da urbanização. Para os urbanistas, esse argumento oferece uma perspectiva sociológica que destaca o papel da cultura e das ideias nas mudanças urbanas. Embora os urbanistas “saibam” que “produção” inclui não apenas trabalho manual e econômico, mas também o trabalho imaginativo e cultural e “realização social”, esse trabalho cultural e social é frequentemente ignorado e é teorizado aquém do merecido (SMITH, 1998, p. 277). O argumento do senso comum de que o esverdeamento é uma reação contra a cidade reflete essa orientação na medida em que vê esse processo como uma reatividade à urbe, sugerindo que os problemas urbanos vêm em primeiro lugar e as soluções verdes (ideológicas) em segundo. Mas como David Harvey observou – não por coincidência, também no contexto de uma discussão sobre ideias da natureza –, “até Marx” estava “disposto a aceitar outras maneiras pelas quais as ideias poderiam se tornar uma ‘força material’ para a mudança histórica quando incorporadas às práticas sociais” (1993, p. 31). Ao deixar claro que a ordem temporal pode muitas das vezes representar o inverso – ou seja, de que o esverdeamento é uma prática que aspira a algo, que literalmente expõe novas visões (neste caso) de cidades e cidadania na paisagem –, o caso do Ruhr ajuda a corrigir esse viés, mostrando como os imaginários sociais e as ideias se tornam uma “força material” de maneira mais ampla: são causas e efeitos nas transformações urbanas.

Essa é também uma explicação para o esverdeamento, que transita entre as abordagens materialista e cultural da transformação urbana de maneira consistente com os objetivos de estudos anteriores, usando o conceito de imaginário social. Eu chamo esses

5 NT (a partir de contato com a autora). O fato de o esverdeamento em larga escala ser caro e difícil de executar é a razão pela qual projetos deste porte (por exemplo, grandes parques públicos) tendem a ser afirmativos ao sistema (isto é, tendem a sustentar e a acreditar no sistema do qual fazem parte – eles não são orientados para a crítica, não sugerem mudanças radicais). Portanto, não significa dizer que todas as práticas de esverdeamento, enquanto práticas sociais, sejam necessariamente orientadas para manter o status quo. O ponto sobre as hortas comunitárias, tal como mencionado, é mostrar que mesmo as ações de *grassroots* orientadas para a mudança e preocupadas com a equidade podem vir a usar o verde daquela maneira.

esforços históricos de “esverdeamento” deliberadamente para destacar a continuidade entre os esforços contemporâneos de esverdeamento e os de épocas anteriores. Apesar de as pessoas geralmente atribuírem projetos e valores específicos à mudança natural, os parques urbanos do século XIX e as cidades verdes contemporâneas correspondem – formalmente – a uma mesma atividade, produtos de um mesmo imaginário social. Ao observar esse argumento em relatos sobre transformações urbanas, embora os imaginários sociais não tenham rédea livre, eles também não são simplesmente epifenômenos das condições materiais.⁶ As transformações da paisagem em larga escala são em parte um produto desses esforços imaginativos; inevitavelmente, esses projetos também refletem a economia política de cada época, em termos de suas aspirações normativas particulares, restrições materiais e políticas espaciais. O imaginário social tem sido uma ferramenta em tais projetos – de definir o papel causal da “cultura” em relação a variantes mais estruturais do marxismo – ou, como Bob Jessop colocou, para explicar como “os imaginários fornecem não apenas um quadro semiótico para *construir* o mundo, mas também contribui [e] para a própria *construção* (desse quadro semiótico)” (JESSOP, 2010, 342; itálico no original). As *comunidades imaginadas* de Anderson costumam ser marcadas como uma mudança das análises “estrutural e materialista” do nacionalismo para (adicionalmente) as “culturais” (GOSWAMI, 2002, p. 771); Castoriadis teve como motivação um compromisso político e intelectual em teorizar o trabalho criativo e os resultados que não podiam ser rastreados até suas fontes estruturais (1997, pp. 24-25; GAONKAR, 2002). Aqui, também, o imaginário social fornece uma estrutura para entender o eterno retorno de uma ideia mobilizada repetidamente no contexto da mudança urbana.

Por sua vez, o contexto urbano se estende desde a sociologia das normas e valores sociais da análise do discurso à ação, enfatizando os efeitos materiais dos imaginários sociais à medida que os projetos de esverdeamento espacializam novos ideais de publicidade urbana e, assim, transformam o espaço urbano. Embora sensibilizados pelo papel causal exercido pela cultura, os sociólogos nem sempre estão sintonizados com a “materialidade” de crenças ou imaginários morais (MCDONNELL, 2010;

6 NT (a partir de contato com a autora). Os imaginários sociais são importantes nas mudanças urbanas. Eles são até certo ponto limitados e moldados por condições materiais, economia política, contexto de governança etc. –, mas têm efeitos causais. A sugestão aqui é que não entendemos a mudança urbana se olharmos apenas para a economia política e esquecermos a cultura.

RUBIO, 2014). Embora teoricamente “cinestésico” e “emotivo”, além de discursivo (GLAESER, 2011, p. 18), na prática, imaginários sociais, normas e valores têm sido geralmente estudados como um terreno cognitivo e discursivo. Ann Mische, por exemplo, ao descrever várias maneiras pelas quais os futuros são produzidos, “se concentra principalmente no texto e na conversa”, e não aborda a questão de “como os projetos futuros recebem forma material”, o que implica a necessidade de estudos adicionais sobre esse tópico (2009, pp. 699-702; 2014; p. 244, 442). A sociologia da moralidade tendeu a tratar crenças e práticas separadamente – oferecendo relatos das origens sociais das crenças morais (STRAND, 2015) e sobre como elas conduzem a linguagem e a prática (ABEND, 2014) e promovem situações de justificação verbal (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

O caso do esverdeamento chama a atenção dos sociólogos para as consequências materiais das crenças morais por meio de uma visão das paisagens urbanas, parcialmente, como produtos da ação moral. O esverdeamento no Ruhr estabeleceu literalmente distinções entre espaço público e privado, estabeleceu os limites espaciais da região e reformulou de forma recorrente sua vida social. Essa história mostra como a sociologia da moralidade pode incorporar uma “sensibilidade material” (RUBIO, 2014) em suas análises, sintonizando-se com diferentes modos de ação moral, colocando o ambiente construído em foco como um arquivo dessas decisões – centralizando-o como um local-chave em que as negociações sobre visões normativas são materialmente realizadas – e destacando vários papéis que os materiais podem desempenhar. Esses materiais e espaços têm uma capacidade agêntica de “fazer” coisas: reunir pessoas, criar novas formas de interação social ou consciência política. Eles causam inércia e facilitam a reprodução cultural, como objetos que permanecem na paisagem; como os projetos de esverdeamento são materialmente duráveis, eles são capazes de sustentar visões e aspirações sociais nas mentes do público, geralmente além da vida de seus criadores. E são ferramentas de mudança: seja por meio de novos projetos, seja pela reinvenção de formas existentes, os projetos de esverdeamento urbano são esforços deliberados para refazer a sociedade através da paisagem. O esverdeamento é uma prática particularmente rica para enxergar esses efeitos materiais precisamente porque a natureza é carregada de muitos valores e associações e porque os projetos de esverdeamento urbano são inerentemente materiais. Porém, da mesma maneira que a ideia de nação influencia a ação solidária no mundo moderno, a natureza urbanizada produziu o

esverdeamento como uma prática moral que transforma os ambientes urbanos espacial e socialmente.

CONCLUSÃO

As reavaliações críticas que vêm sendo feitas recentemente sobre as relações entre cidade e natureza, sociedade e natureza, enfatizam a centralidade da natureza nas cidades e na vida urbana. Em consonância a essas reavaliações, o presente artigo trouxe uma explicação sociológica para o caso do esverdeamento urbano, contribuindo para atualizar o entendimento que o senso comum atribui a essa prática. Embora o Ruhr não possua as condições físicas tradicionalmente entendidas como provocadoras das práticas do esverdeamento urbano, desde o início do século XX os projetos executados nessa região têm sido fundamentais para refazê-la como um espaço físico e social. Documentar o surgimento e o uso subsequente dessa nova ideia de natureza em um lugar cuja gênese não foi a de uma cidade grande e densa mostra o papel da transformação/participação social em um campo compartilhado e imaginado de produção dessas práticas. A visão moral contemporânea da natureza motivadora das práticas de esverdeamento foi, em si mesma, o resultado de um conjunto de transformações nos modos de vida e nas relações sociais associadas à urbanização industrial no século XIX: do cultivo à compra de alimentos, do trabalho de subsistência à venda da força de trabalho, de um ambiente social relativamente homogêneo a outro mais heterogêneo. Essa ideia da natureza urbanizada, como vimos, surgiu primeiro nas grandes cidades industriais, mas, uma vez criada, tornou-se legível em lugares além daquelas.

O modo como essa ideia circulou por lugares e condições urbanas tão diferentes não consiste na morfologia local, mas na participação dessa ideia em um campo urbano transnacional e comparativo no qual o “verde” já se via como uma categoria moral relevante. E assim que chegou ao Ruhr, a natureza urbanizada – inicialmente um resultado da urbanização – tornou-se uma variável na mudança urbana, pois os projetos de esverdeamento foram usados por vários agentes para espacializar novos ideais de urbanismo e criar novos tipos de pessoas. Ao rastrear a trajetória da natureza urbanizada e o seu uso subsequente no espaço urbano, este artigo enfatizou a conexão existente entre crenças e práticas, mostrando como um novo imaginário social literalmente possibilitou o surgimento de novas formas de ação moral e de como esses ideais foram materializados no espaço urbano.

AGRADECIMENTOS

Este artigo se valeu das ideias e sugestões de Gianpaolo Baiocchi, Claudio Benzecry, Neil Brenner, Craig Calhoun, John Hall, Eric Klinenberg, Gemma Mangione, Harvey Molotch, Colin Jerolmack, Hannah Wohl e Richard Sennett, além dos editores de T&S e três revisores. Sou especialmente grata a Gianpaolo Baiocchi e Craig Calhoun por seu compromisso atento com vários rascunhos deste material. As versões anteriores deste artigo foram apresentadas na Social Science History Association (2015), American Sociological Association (2016) e nas reuniões anuais da American Association of Geographers (2018), bem como na University College London, Universidade da Califórnia em Santa Cruz, Northwestern University, Georgetown University e Dartmouth College. A pesquisa foi apoiada em parte pela Fundação Horowitz para Política Social e por uma bolsa de pesquisa da Mellon / ACLS.

REFERÊNCIAS

- ABEND, G. *The moral background*. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- AGLIETTA, M. *A theory of capitalist regulation: The US experience*. New York: Verso, 2000.
- ANDERSON, B. *Imagined communities*. New York: Verso, 2006.
- ANGELO, H. From the city as a lens to urbanization as a 'way of seeing': Country/city binaries on an urbanizing planet. *Urban Studies*, 54(1), 158–178, 2017.
- ANGELO, H. Added value: denaturalizing the "good" of urban greening. *Geography Compass*, 7(8), 578–587 e12459, 2019.
- ANGELO, H.; WACHSMUTH, D. Urbanizing urban political ecology: A critique of methodological cityism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 16–27, 2015.
- ARBOLEDA, M. Spaces of extraction, metropolitan explosions: Planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 10–112, 2016.
- BAHRDT, H. P. Nachbarschaft oder Urbanität. *Bauwelt*, 51/52, 1467–1477, 1952.
- BELL, M. M. *Childerley: Nature and morality in a Country Village*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- BELL, M. M. *City of the good: Nature, religion, and the ancient search for what is right*. Princeton: Princeton University Press, 2018.
- BENDER, T. *Toward an urban vision: Ideas and institutions in nineteenth century America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *On justification: Economies of worth*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BRENNER, N. *New state spaces: Urban governance and the rescaling of statehood*. New York: Oxford University Press, 2004.
- BRENNER, N. *Theses on urbanization*. *Public Culture*, 25.1(69), 85–114, 2013.
- BRENNER, N.; KATSIKIS, N. "Is the Mediterranean urban?" In: BRENNER, N. *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization*, 428–459. Berlin: Jovis, 2014.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19(2–3), 151–182, 2015.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. "Planetary urbanization". In: *The globalizing cities reader* (pp. 479–482). New York: Routledge, 2017.
- BREWSTER, B. H.; BELL, M. M. The environmental Goffman: Toward an environmental sociology of everyday life. *Society & Natural Resources*, 23(1), 45–57, 2009.
- BRUBAKER, R.; COOPER, F. Beyond "identity". *Theory and society*, 29(1), 1–47, 2000.
- CALHOUN, C. Cosmopolitanism in the modern social imaginary. *Daedalus*, 137(3), 105–114, 2008.
- CALHOUN, C.; GAONKAR, D.; LEE, B.; TAYLOR, C.; WARNER, M. Modern social imaginaries: A conversation. *Social Imaginaries*, 1(1), 189–224, 2015.
- ČAPEK, S. M. Foregrounding nature: An invitation to think about shifting nature-city boundaries. *City and Community*, 9(2), 208–224, 2010.
- CASTORIADIS, C. *The imaginary institution of society*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- CIOC, M. *The Rhine: An eco-biography, 1815–2000*. Seattle: University of Washington Press, 2002.
- CRANZ, G. *The politics of park design: A history of urban parks in America*. Cambridge: MIT Press, 1982.
- CRAWFORD, M. *Building the workingman's paradise*. London: Verso, 1995.
- CREW, D. F. *A town in the Ruhr*. New York: Columbia University Press, 1979.
- CROMPTON, J. L. The impact of parks on property values: A review of the empirical evidence. *Journal of Leisure Research*, 33(1), 1–31, 2001.
- CRONON, W. *Nature's metropolis: Chicago and the great West*. New York: W.W. Norton, 1992.
- CRONON, W. "The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature". In: CRONON,

- W. (Ed.). *Uncommon ground: Rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Co., 1995.
- DEGE, W.; DEGE, W. *Das Ruhrgebiet*. Berlin: Gebrüder Borntraeger, 1983.
- DIEFENDORF, J. The West German debate on urban planning. Presentation. *The American impact on Western Europe: Americanization and westernization in transatlantic perspective*. Conference at the German Historical Institute. Washington, D.C., 1999.
- DRUCKER, P. *Management*. New York: Routledge, 2012.
- EHRICH, M.; SPRINGORUM, D. *Hier bin ich Mensch: Oasen einer Industrielandschaft*. Essen: Siedlungsverband Ruhrkohlenbezirk, 1978.
- ELIASOPH, N. *Avoiding politics: How Americans produce apathy in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ELLIOT, J. R.; FRICKEL, S. Urbanization as socio-environmental succession: the case of hazardous industrial site accumulation. *American Journal of Sociology*, 6, 1–42, 2015.
- FAECKE, P.; STEFANIAK, R.; HAAG, G. *Gemeinsam gegen Abriß: Ein Lesebuch aus Arbeitersiedlungen und ihren Initiativen*. Wuppertal: Hammer, 1997.
- FARRELL, J. *The battle for Yellowstone: Morality and the sacred roots of environmental conflict*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- FITZSIMMONS, M. The matter of nature. *Antipode*, 21(2), 106–120, 1989.
- FOURCADE, M. Cents and sensibility: Economic valuation and the nature of “nature”. *American Journal of Sociology*, 116(6), 1721–1777, 2011.
- GANDY, M. *Concrete and clay: Reworking nature in New York City*. Cambridge: MIT Press, 2002.
- GAONKAR, D. P. Toward new imaginaries: An introduction. *Public Culture*, 14(1), 1–19, 2002.
- GLAESER, A. *Political Epistemics*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- GÖDERITZ, J.; RAINER, R.; HOFFMAN, H. *Die gegliederte und aufgelockerte Stadt*. Archiv für Städtebau und Landesplanung, 1957 (Bd. 4).
- GOSWAMI, M. Rethinking the modular nation form: Toward a sociohistorical conception of nationalism. *Comparative Studies in Society and History*, 44(04), 770–799, 2002.
- GRAMSCI, A. *Prison notebooks*. New York: Columbia University Press, 1996.
- GRAZIAN, D. *American zoo: A sociological safari*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- GREEN, N. *The spectacle of nature*. Manchester: Manchester University Press, 1990.
- GÜNTNER, R. “Krupp und Essen”. In: M. Warnke (Ed.). *Das Kunstwerk zwischen Wissenschaft und Weltanschauung* (pp. 128–174). Gütersloh: Bertelsmann Kunstverlag, 1970.
- GÜNTNER, J.; GÜNTNER, R. *‘Sprechende Straßen’ in Eisenheim*. Essen: Klartext, 1999.
- GÜNTNER, A.; PRÉVÔT, R. *Die Wohlfahrtseinrichtungen der Arbeitgeber in Deutschland und Frankreich* (Vol. CXIV). Leipzig: Dunder & Humblot, 1905.
- GUSTAFSON, S.; HEYNEN, N.; RICE, J. L.; GRAGSON, T.; SHEPHERD, J. M.; STROTHER, C. Megapolitan political ecology and urban metabolism in Southern Appalachia. *The Professional Geographer*, 66(4), 664–675, 2014.
- HABERMAS, J. *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1991.
- HALL, P. *Cities of tomorrow* (3rd ed.). Oxford: Blackwell, 2002.
- HARVEY, D. The nature of environment: Dialectics of social and environmental change. *Socialist Register*, 29, 1–51, 1993.
- HEINRICHSBAUER, A. *Industrielle Siedlung im Ruhrgebiet*. Essen: Verlag Glückauf, 1936.
- HICKEY, S. H. F. *Workers in Imperial Germany: The miners of the Ruhr*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- HITLIN, S.; VAISEY, S. The new sociology of morality. *Annual Review of Sociology*, 39, 51–68, 2013.
- HUNDT, R. *Bergarbeiter-Wohnungen im Ruhrrevier*. Berlin: Julius Springer, 1902.
- IVES, C. *Public parks, private gardens: Paris to Provence*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018.
- JACKSON, J. H., Jr. *Migration and urbanization in the Ruhr Valley 1821–1914*. Boston: Humanities Press, 1997.
- JAMESON, F. On Negt and Kluge. *October*, 46, 151–177, 1988.
- JEROLMACK, C. Animal practices, ethnicity, and community: The Turkish pigeon handlers of Berlin. *American Sociological Review*, 72(6), 874–894, 2007.
- JEROLMACK, C. *The global pigeon*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- JESSOP, B. Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective. *Antipode*, 34(3), 452–472, 2002.
- JESSOP, B. Cultural political economy and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, 3(3–4), 336–356, 2010.
- KAIKA, M. *City of flows: Modernity, nature, and the city*. New York: Routledge, 2005.
- KALLEN, P. W. “Idylle oder Illusion? Die Margarethenhöhe in Essen von Georg Metzendorf”. In: KONERDING, T.; FELIX, Z. (Eds.). *Die Mar-*

- garethenhöhe. *Das Schöne und Die Ware, Der Westdeutsche Impuls 1900-1914: Kunst und Umweltgestaltung im Industriegebiet* (pp. 48–96). Essen: Museum Folkwang, 1984.
- KLEMEK, C. (2011). *The transatlantic collapse of urban renewal*. Chicago: University of Chicago Press.
- KOCH, M. J. *Die Bergarbeiterbewegung im Ruhrgebiet zur Zeit Wilhelms II.* Düsseldorf: Droste, 1954.
- KRAUSE, M. *The good project*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- KRUPP'SCHE GUSSSTAHLFABRIK. *Krupp 1812–1912: Zum 100-jährigen Bestehen der Firma Krupp und der Gussstahlfabrik zu Essen*. Herausgegeben auf den hundertsten Geburtstag Alfred Krupps: Essen-Ruhr, 1912.
- LANDESREGIERUNG NORDRHEIN-WESTFALEN. *Entwicklungsprogramm Ruhr 1968–1973*. Düsseldorf, 1968.
- LANDESREGIERUNG NORDRHEIN-WESTFALEN. *Nordrhein-Westfalen-Programm 1975*. Düsseldorf, 1975.
- LARSEN, C. What should be the leading principles of land use planning? A German perspective. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, 29(5), 967–1017, 1996.
- LEES, A. *Cities perceived*. Manchester: Manchester University Press, 1985.
- LEKAN, T. M.; ZELLER, T. (Eds.). (2005). *Germany's nature*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2005.
- LOUGHRAN, K. Imbricated spaces: The High Line, urban parks, and the cultural meaning of city and nature. *Sociological Theory*, 34(4), 311–334, 2016.
- LÜDTKE, H. *Freizeit in der Industriegesellschaft: Emanzipation oder Anpassung?* Opladen: Leske, 1972.
- MARGARETHE KRUPP-STIFTUNG FÜR WOHNUNGSFÜRSORGE. *Mietvertrag und Hausordnung*. Visitor's Center. Gartenstadt Margarethenhöhe: Essen, 1915.
- MARX, L. *The machine in the garden: Technology and the pastoral ideal in America*. Oxford: New York, 2000.
- MCCLINTOCK, N. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: Coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Local Environment*, 19(2), 147–171, 2014.
- MCCREARY, E. C. *Essen 1860–1914: A case study of the impact of industrialization on German community life*. New Haven: Yale University History Department, PhD Dissertation, 1964.
- MCDONNELL, T. Cultural objects as objects: Materiality, urban space, and the interpretation of AIDS campaigns in Accra, Ghana. *American Journal of Sociology*, 115(6), 1800–1852, 2010.
- METZENDORF, G. *Denkschrift über den Ausbau des Stiftungsgeländes*. Essen-Rüttenscheid: Margarethe Krupp-STIFTUNG FÜR WOHNUNGSFÜRSORGE, 1906.
- METZENDORF, R.; MIKUSCHEIT, A. *Margarethenhöhe: Experiment und Leitbild*. Essen: Margarethe Krupp-Stiftung für Wohnungsfürsorge, 1997.
- MISCHE, A. Projects and possibilities: Researching futures in action. *Sociological Forum*, 24(3), 694–704, 2009.
- MISCHE, A. Measuring futures in action: Projective grammars in the Rio+20 debates. *Theory and Society*, 43(3-4), 437–464, 2014.
- MUKERJI, C. *Territorial ambitions and the gardens of Versailles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MUMFORD, L. 1965. "Revaluations I: Howard's Garden City." *The New York Review of Books*. Accessed online, Aug. 3, 2018: http://www.nybooks.com/articles/1965/04/08/revaluations-i-howards-garden-city/?sub_key=5b57a6077a720.
- NASH, R. F. *Wilderness and the American mind*. New Haven: Yale University Press, 2014.
- NEGTE, O.; KLUGE, A. *Public sphere and experience*. Translated by Assenka Oksiloff and Peter Labanyo. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- OSTHAUS, K. E. Die Bedeutung der Gartenstadt-bewegung für die künstlerische Entwicklung unserer Zeit. In: *Die deutsche Gartenstadt-bewegung. Zusammenfassende Darstellung über den heutigen Stand der Bewegung*. Berlin, 1911, 99-101.
- PARK, R. E.; BURGESS, E. W. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- POUNDS, N. J. G. *The Ruhr: A Study in Historical and Economic Geography*. New York: Greenwood Press, 1968.
- PROJEKTGRUPPE EISENHEIM MIT JÖRG BOSTRÖM UND ROLAND GÜNTNER. *Rettet Eisenheim*. Bielefeld: Verlag für das Studium der Arbeiterbewegungen, 1973.
- PURVIS, T.; HUNT, A. Discourse, ideology, discourse, ideology, discourse, ideology... *British Journal of Sociology*, 43(3), 473–499, 1993.
- REGIONALVERBAND RUHR. *Bildungsblockade*, 2010. Available at: http://www.ruhrgebietregionalkunde.de/html/aufstieg_und_rueckzug_der_montanindustrie/huerden_des_strukturellen_wandels/bildungsblockade.php%3Fp=4_2.html.
- ROSENZWEIG, R., & BLACKMAR, E. *The park*

- and the people: A history of Central Park.* New York: Henry Holt and Company, Inc, 1992.
- RUBIO, F. D. Preserving the unpreservable: Docile and unruly objects at MoMA. *Theory and Society*, 43(6), 617–645, 2014.
- SCHMIDT, R. Ein modernes Stadtgebilde: Die Industrie und Wohnstadt. In *Essens Entwicklung 1812- 1912 Herausgegeben aus Anlaß der hundertjährigen Jubelfeier der Firma Krupp* (pp. 34–42). Essen: Fredebeul & Koenen, 1912.
- SCHMITT, P. J. *Back to nature: The Arcadian myth in urban America.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.
- SCHULTE, B. Karl Ernst Osthaus, Folkwang and the ‘Hagener Impuls:’ Transcending the walls of the museum. *Journal of the History of Collections*, 21(2), 213–220, 2009.
- SCOTT, J. *Seeing like a state.* New Haven: Yale University Press, 1988.
- SIEBEL, W. Industrial Past and Urban Future in the Ruhr. In: SMITH, R.; BLANKE, B. (Eds.). *Cities in Transition.* New York: Palgrave Macmillan, 1999, pp. 123–134.
- SIEVERTS, T. *Cities without cities: An interpretation of the Zwischenstadt.* New York: Routledge, 2003.
- SIMMEL, G. The metropolis and mental life. In: WOLFF, K. H. (Ed.). *The sociology of Georg Simmel.* New York: Free Press, 1964, 409-424.
- SMITH, N. “Nature at the millennium: Production and re-enchantment”. In: BRAUN, B.; CAS- TREE, N. (Eds.). *Remaking reality: Nature at the millennium.* New York: Routledge, 1998, 271-285.
- STEINBORN, V. *Arbeitergärten im Ruhrgebiet. Recklinghausen: Westfälisches Industriemuseum (Landschaftsverband Westfalen-Lippe, 1991.*
- STEINBORN, V. “Arbeitergärten im Ruhrgebiet”. In: OLDENGOTT, M.; VOGT, C. (Eds.). *Zwischen Kappes und Zypressen: Gartenkunst an Emscher und Ruhr.* Essen: Klartext, 2010, 52-58.
- STRAND, M. The genesis and structure of moral universalism: Social justice in Victorian Britain, 1834– 1901. *Theory and Society*, 44(6), 537–573, 2015.
- TAVORY, I. The question of moral action: A formalist position. *Sociological Theory*, 29(4), 272–293, 2011.
- TAYLOR, C. *Modern social imaginaries.* Durham: Duke University Press, 2004.
- TAYLOR, D. *The rise of the American conservation movement.* Durham: Duke University Press, 2016.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Community and society.* Translated by Charles P. Loomis. Mineola: Dover Publications, 2011.
- VERTOVEC, S. “Diversity” and the social imaginary. *European Journal of Sociology*, 53(3), 287–312, 2012.
- VON EINEM, E. National urban policy—The case of West Germany. *Journal of the American Planning Association*, 48(1), 9–23, 1982.
- WACHSMUTH, D. Three ecologies: Urban metabolism and the society-nature opposition. *The Sociological Quarterly*, 53, (4), 506–523, 2012.
- WALTON, J. *Western times and water wars.* Berkeley: University of California Press, 1992.
- WILLIAMS, R. *The country and the city.* Oxford: Oxford University Press, 1973.
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature.* Oxford: New York, 1977.
- WILLIAMS, R. “Ideas of nature”. In: *Culture and materialism.* New York: Verso, 2005, 67-85.
- WILSON, N. H.; BARGHEER, S. On the historical sociology of morality: Introduction. *European Journal of Sociology*, 59(1), 1–12, 2018.
- WIRTH, L. Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, 44(1), 1–24, 1938. ■

Hillary Angelo é professora assistente de sociologia na Universidade da Califórnia, Santa Cruz. É socióloga urbana e ambiental cujo trabalho explora a relação entre natureza e urbanização a partir de perspectivas históricas, teóricas e etnográficas. Seu trabalho foi publicado nas principais revistas de ciências sociais e geografia, incluindo os Anais da Associação Americana de Geógrafos, *Theory and Society* e o *International Journal of Urban and Regional Research*. Recentemente, lançou um livro sobre a história do esverdeamento urbano na região alemã do Ruhr (pela University of Chicago Press) e está trabalhando em dois projetos adicionais: um sobre infraestrutura e sociologia e outro sobre ascensão e política do planejamento da sustentabilidade urbana. hangelo@ucsc.edu

Pedro Paulo Machado Bastos (tradutor) é doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisador e consultor em mobilidade urbana sustentável no Laboratório de Mobilidade Sustentável (LABMOB), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), e no Observatório das Metrôpoles (IPPUR), ambos da UFRJ. É editor da Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis. pedromacbast@gmail.com